

THIAGO PUCCI FALGETANO

**MOEDA ÚNICA NO MERCOSUL: POSSIBILIDADES
E BARREIRAS PARA A UNIFICAÇÃO MONETÁRIA**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM ECONOMIA POLÍTICA**

**ABRIL
2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Dedico este trabalho:

A minha esposa Melissa, a meus pais Laerte e Enid, a meus familiares Diego, Piero, Sandra e Sérgio pelo apoio e compreensão.

Agradeço

*A Prof. Dra. Regina Maria d' Aquino
Fonseca Gadelha por seus comentários e
instruções feitos sobre o trabalho na
condição de professora orientadora.*

*Aos Profs. Drs. Nelson Carvalheiro e
Carlos Donizete Macedo Maia por suas
colocações sobre este trabalho no exame
de qualificação.*

*Ao Banco do Brasil pelo suporte
bibliográfico e abono de ausências.*

RESUMO

O Mercosul é um bloco econômico em estágio de União Aduaneira incompleta sem a existência de uma tarifa externa comum consolidada e sem uma convergência das políticas macroeconômicas, assim os países-membros tornam-se consideravelmente sensíveis às alterações na economia interna de seus parceiros, como as ocorridas nas crises brasileira em 1999 e argentina em 2002. O objetivo geral deste trabalho foi o de verificar as possibilidades de uma unificação monetária e seus benefícios econômicos, aliada à convergência de políticas econômicas, deixando os países do bloco menos suscetíveis às crises provocadas por alterações nas políticas econômicas de um de seus membros. Desta forma, conclui-se que o Mercosul de hoje não está preparado para a adoção de uma moeda única, pois ainda não preenche os requisitos para tal, e não há fortes indícios, nos tratados assinados recentemente, de que chegará a esse estágio de integração. Entretanto considera-se que os ganhos com a unificação e os recentes acordos, que aprofundaram a integração, são consideráveis. Se os Estados participantes tiverem vontade política e criarem uma agenda visando à unificação monetária, poderão rapidamente mudar este cenário, fazendo com que a região adquira os requisitos necessários e possa, em curto espaço de tempo, dar os passos iniciais rumo à moeda única.

Palavras-chave: Relação Brasil-Argentina, Moeda Única, Mercosul.

ABSTRACT

Mercosul is a economic bloc in a incomplete Custom Union stage without the existence of a consolidate common external tariff and without a convergence of macro economical policies, where the countries-members become considerably sensitives to changes on the internal economy of yours partners, like as ocurred in the brazilian crises in 1999 and Argentinean crises in 2002. This paper aims to verify the possibility of a monetary union and yours economic benefits, allied to the convergence of the economical policies, let the countries of the bloc less susceptible to crises provoke by changes in the economical policies on one of yours members. Hence, it concludes that, the actual Mercosul is not ready for an adoption of a unique currency , because do not fill yet the requisite to that, and haven't strong evidences, in the pact subscribed recently, that will archive this integration stage. However, it consider that the gains with the unification and the recent pacts, that make deeper the integration, are considerate. If the countries-members should has political intetion and criate a agenda aiming the monetary unification, they'll could fastly change this scenario, manage to the region adquire the necessary requisite and may, in a short time, make the first steps bound for a unique currency.

Key words: Brazil and Argentina commercial relation, Unique currency, Mercosul

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 06 |
| CAPÍTULO PRIMEIRO: Moeda | 15 |
| 1.1. Moeda: De Smith à Marx e Keynes | 15 |
| 1.2. Áreas Monetárias Ótimas | 21 |
| | |
| CAPÍTULO SEGUNDO: O Brasil frente às relações econômicas internacionais e o Mercosul | 26 |
| 2.1. As relações econômicas internacionais | 26 |
| 2.2. Blocos econômicos | 30 |
| 2.2.1. Breve histórico do Mercosul | 33 |
| 2.3. O contexto atual do Mercosul | 39 |
| 2.3.1. O Brasil no contexto do Mercosul | 42 |
| 2.3.2. Relações Brasil–Argentina | 44 |
| | |
| CAPÍTULO TERCEIRO: A instabilidade econômica e a moeda comum | 50 |
| 3.1. O impacto das mudanças cambiais no Mercosul | 50 |
| 3.2. Coordenação macroeconômica e a moeda comum para evitar instabilidade econômica. | 53 |
| | |
| CAPÍTULO QUARTO: As vantagens e desvantagens da adoção da moeda única no Mercosul. | 56 |
| 4.1. Benefícios da unificação monetária. | 56 |
| 4.2. Custos da unificação monetária. | 58 |
| 4.3. Pré-requisitos para a unificação Monetária. | 60 |
| | |
| CONCLUSÃO | 77 |
| | |
| BIBLIOGRAFIA | 80 |

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste trabalho é verificar a possibilidade de ganho de estabilidade econômica nos países-membros do Mercosul, com a adoção de uma moeda única, aliado à convergência das políticas macroeconômicas do bloco.

Esta dissertação foi guiada pela atualidade do tema e pela relação direta do desenvolvimento econômico de um país através de seu comércio exterior. A relevância do estudo reside na demonstração de como, dentro de um bloco econômico em estágio de União Aduaneira incompleta, como o Mercosul, sem a existência de uma tarifa externa comum consolidada e sem uma convergência das políticas macroeconômicas, os países-membros tornam-se consideravelmente sensíveis às alterações na economia interna de seus parceiros.

O objetivo geral deste trabalho é a verificação das possibilidades de uma unificação monetária e seus benefícios econômicos, aliada à convergência de políticas econômicas, deixando os países do bloco menos suscetíveis às crises provocadas por alterações nas políticas econômicas de um de seus membros.

Como objetivos específicos destacam-se:

1. Análise da situação atual do bloco Mercosul.
2. A verificação de benefícios decorrentes da evolução do processo de integração econômica, aliado à coordenação das políticas econômicas.
3. A avaliação das possibilidades de implantação de uma moeda única no bloco, de acordo com o levantamento das bibliografias existentes sobre a questão.

A hipótese deste trabalho consiste no fato de que a implantação de uma moeda única no Mercosul é possível, porém não em curto espaço de tempo, pois ainda existem passos a serem dados pelos países-membros do bloco, rumo ao aprofundamento da integração, para que se criem condições para a unificação monetária.

Assim, adotando uma moeda única, os países do Mercosul não estariam mais sujeitos às conseqüências advindas de alterações bruscas na política econômica de um

de seus parceiros, como uma desvalorização cambial, evitando sérios obstáculos ao desenvolvimento dos parceiros.

Este trabalho buscará validar a tese de que, estando os países-membros do Mercosul orientados para o avanço do bloco econômico, no sentido da criação de uma verdadeira União Econômica – último estágio da formação de um bloco regional – cabe-lhes prever, nos acordos em vigor, mecanismos prontamente eficazes de ajustes, capazes de atenuar os efeitos de medidas econômicas que afetem o câmbio. Procura demonstrar, ainda, que uma moeda única favoreceria o desenvolvimento econômico de todos os países-membros.

De maneira ampla, pode-se afirmar que o objetivo de um bloco econômico é estimular o comércio entre os países-membros, gerando o desenvolvimento interno das partes envolvidas no acordo:

“O desenvolvimento é o principal objetivo do bloco econômico. Contudo, para tal, é vital a existência de reciprocidade entre os Estados-partes e observância dos princípios básicos do Tratado de Assunção para que o desenvolvimento do processo de integração seja gradual e equilibrado.” (LOPES & BELINCANTA, 2002: 13. On-line).

A existência de assimetrias entre os países-membros participantes do Mercosul é contrário ao posicionamento de Lopes & Belincanta, pois o processo de integração deste bloco econômico não possui um equilíbrio como o proposto. Entretanto, é possível observar a existência de reciprocidade entre os membros, o que pode ser ilustrado pelo último acordo firmado no âmbito do Mercosul, no início de fevereiro de 2006. Este acordo criou o chamado Mecanismo de Adaptação Competitiva, que poderá ser utilizado caso o país reclame proteção adequada a determinado setor e comprove que as importações do país vizinho causam dano à sua produção. Isso implicará na imposição de cotas para a exportação do produto afetado, permitindo a expansão do comércio de maneira mais equilibrada. Ainda sobre o desenvolvimento interno dos países-membros de um bloco econômico:

“Em qualquer processo de integração comercial regional, o resultado esperado é uma participação crescente dos países nas importações dos demais, seja porque a queda de barreiras foi capaz de gerar novos fluxos de comércio para ambos os países (o chamado efeito de ‘criação de comércio’), seja porque o estabelecimento de preferências comerciais desvia para países do bloco compras que, de outra forma,

seriam feitas em terceiros países (efeito de ‘desvio de comércio’).” (FUNCEX, 2004: 3. On-line).

No caso do Mercosul, de 1995 até o início de 1999, este aumento do comércio foi auxiliado por uma relativa equivalência cambial, principalmente entre seus dois maiores membros, Brasil e Argentina. A cotação da moeda de ambos países permaneceu "fixada" em patamares próximos a relação de 1 dólar para cada 1 Real e Peso argentino (INTAL, 2006: 21. On-line). No entanto, a desvalorização do Real em 1999 gerou um desequilíbrio nas relações comerciais bilaterais entre ambos países: os exportadores brasileiros adquiriram uma vantagem comparativa pelo fato do dólar recebido pelas exportações ter dobrado sua paridade anterior.

As relações comerciais entre Brasil e Argentina foram profundamente abaladas a partir da desvalorização do Real em razão dos danos que esta situação provocou à indústria argentina, pois o produto brasileiro obteve ganhos com a situação cambial, devido ao fato de que era possível manter o mesmo lucro, reduzindo o preço da mercadoria. (MACHADO & RIBEIRO, 1999: 4). Tal cenário propiciou uma “invasão” dos produtos brasileiros no mercado argentino e dificultou as exportações daquele país para o Brasil, com conseqüências sobre a economia argentina. Retraiu-se a produção outrora crescente (os produtos brasileiros tornaram-se mais baratos que os argentinos), ocorrendo perdas consideráveis na balança comercial, devido, principalmente, ao aumento dos preços dos produtos destinados ao mercado brasileiro.

A vulnerabilidade da economia argentina, característica de todas as economias latinas, frente a uma mudança substancial da política cambial brasileira, como a ocorrida em 1999, é explicada pela perda de competitividade dos produtos argentinos no mercado brasileiro, além do aumento de produtos brasileiros no mercado argentino. (GOYOS JR, 1999: 2).

Por outro lado, a crise argentina e seu fechamento ao comércio internacional, em 2002, frearam as exportações brasileiras para aquele país e causaram prejuízos aos setores exportadores brasileiros, que tinham na Argentina um parceiro comercial para dar vazão à sua produção. (Ibidem, Ibidem. p. 3).

A concorrência em determinados setores produtivos, sob um contexto de liberalização de barreiras tarifárias, graças à formação de um bloco econômico, deveria permitir uma disputa comercial mais equânime e basear-se nos ganhos de mercado,

graças a diferenciais de qualidade e/ou de custos. Ela deveria ser, assim como no período anterior a 1999, livre de interferências extra-comerciais, como mudanças na política econômica de um dos países-membros, por exemplo.

A coordenação macroeconômica tem como objetivo assegurar a estabilidade econômica e dos países, evitando rupturas que possam ocasionar tanto lucros como prejuízos espúrios de competitividade entre eles. Com este objetivo, em março de 2001 acordou-se estabelecer estatísticas comuns de balanço fiscal, de dívida pública e de variações de preços. Um grupo específico, o Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM), foi constituído com a finalidade de harmonizar os dados estatísticos entre os países do Mercosul. (INTAL, 2003: 69). Assim, após a desvalorização do Real em 1999, os produtores brasileiros viram nas exportações uma facilidade em obter lucros adicionais pois, mantendo os mesmos custos e preços em dólar puderam auferir um maior ganho devido à variação no câmbio brasileiro. (Ibidem, Ibidem. p.71).

As dificuldades entre os países-membros do Mercosul reforçam a idéia de que é necessário uma coordenação econômica para evitar situações que possam prejudicar o processo de integração, o que resultaria numa involução desta União Aduaneira imperfeita. Machado & Ribeiro retratam assim a fragilidade dessa situação:

“Dentro de um processo de integração, os problemas de ordem estrutural tendem a ser minimizados ou negligenciados em períodos de expansão dos fluxos de comércio, sendo rapidamente recolocados na agenda em momentos de crise. Um bom exemplo no caso do Mercosul são as questões de coordenação macroeconômica, que sempre foram tratadas de forma marginal e que, neste momento, assumem um caráter de urgência.” (MACHADO & RIBEIRO, Loc. Cit. p. 5).

Escrevendo à luz dos acontecimentos que marcaram a desvalorização do Real, em 1999, Machado & Ribeiro identificam o aprofundamento da integração através da criação de mecanismos de coordenação econômica, como elemento necessário para evitar problemas estruturais no bloco como um todo. Porém, se uma coordenação macroeconômica fosse realmente implementada à época, o caminho para a unificação monetária no Mercosul estaria mais próximo.

Segundo Goyos Jr, para que a integração econômica regional no Mercosul leve o bloco ao sucesso no longo prazo, será necessário a existência de um livre fluxo de

moedas, devido ao fato de que “*os regimes de controles cambiais possuem a tendência a gerar distorções que levarão ao comprometimento de todo e qualquer bloco comercial.*” (GOYOS JR, *Ibidem.* p. 2).

Um dos caminhos, que podem ser seguidos pelo Mercosul, é semelhante à União Européia, onde a coordenação das políticas econômicas evoluiu para a formulação de uma séria proposta de unificação monetária. Entretanto, convém destacar que o processo de integração européia levou mais de cinquenta anos para ocorrer, enquanto que no Mercosul o aprofundamento da integração ocorre deixando desequilíbrios e assimetrias estruturais internas, que conseqüentemente provocam novos desequilíbrios.

O primeiro passo para a unificação monetária européia ocorreu em 1970 com o Relatório Werner, que propôs a formação de uma união monetária ao final de 10 anos. Entretanto, com a crise do petróleo de 1973, este processo foi interrompido. Somente em 1979, com a criação do Sistema Monetário Europeu, procurou-se estabilizar as taxas de câmbio, assegurando a estabilidade cambial até o início da década de 90. Apenas no ano de 1993 foi possível a harmonização legislativa. No ano seguinte foi criado o Instituto Monetário Europeu, responsável pela preparação da união monetária, já que desde 1993 os preços das mercadorias foram sendo fixados em Euro e na moeda corrente, preparando o terreno para a unificação. A introdução do Euro ocorreu em duas fases, vinte anos após o início dos estudos para sua implantação. Em um primeiro momento, a partir de 1º de janeiro de 1999, a implantação restringiu-se às operações financeiras e em transações comerciais, que não exigiam papel-moeda. E somente em 2002 houve a circulação das notas do Euro (papel moeda), que substituíram as moedas nacionais dos países integrantes dessa união monetária. (RIBEIRO, 1999: 4-5).

Os benefícios de uma união monetária vão além da estabilidade econômica dos países-membros, atingindo a formação de preços dos produtos importados – através da eliminação de taxas bancárias devido à contratação de câmbio e de *spread* por contrato de *hedge* cambial – além de ganhos no campo político, com o aumento da importância do bloco. (GIAMBIAGI, 1999: 14).

Entretanto deve-se destacar que, para atingir este estágio, o Mercosul terá primeiramente de corrigir suas assimetrias e avançar no processo de integração, possibilitando a criação de condições na estrutura econômica dos países-membros, para equilibrarem as economias, que serão unificadas neste processo.

A coordenação macroeconômica ganhou relevância especialmente devido à constatação mais recente de que a superação das crises conjunturais e a aproximação das políticas econômicas de Brasil e Argentina são condições necessárias, porém não suficientes para evitar contenciosos, que se originam em problemas estruturais.

Segundo o informe do Mercosul formulado pelo Instituto para la Integración de América Latina y el Caribe (INTAL), o primeiro semestre de 2003 trouxe avanços no que diz respeito ao tratamento das estatísticas fiscais das empresas públicas dos países, propondo uma metodologia comum para o cálculo do núcleo inflacionário e da possibilidade de harmonizar agregados monetários, condição necessária para a convergência macroeconômica. (INTAL, Loc. Cit. p. 67).

O grande problema do Mercosul, entretanto, parece consistir na realização de avanços em alguns temas frente à estagnação, e em questões cruciais como a consolidação da tarifa externa comum no bloco e os aspectos de defesa comercial. É, por este motivo, que se pode afirmar que o Mercosul ainda está na fase de uma união aduaneira incompleta, mesmo avançando seu processo de integração em outros pontos, como a negociação da liberalização do comércio de serviços no âmbito do bloco. Por isso torna-se necessário que o Mercosul realize uma agenda definitiva sobre a consolidação da tarifa externa comum, visando acabar com suas perfurações.

A agenda interna do Mercosul necessita ser não apenas descongelada, mas também revisada com critério e organização. As reuniões de cúpula do Mercosul, nos últimos anos, formalmente deixaram a questão da tarifa externa comum em retrocesso. A reunião de junho de 2003 foi particularmente relevante, devido ao fato de que foi a primeira vez em que os governos brasileiro e argentino se encontraram, após a posse de seus novos governantes. A avaliação geral, que cerceou esta reunião, foi a de que o Mercosul precisava ser fortalecido e aprofundado mediante o aperfeiçoamento dos instrumentos existentes. Entretanto, as dificuldades do bloco para a consolidação de uma TEC ainda resistem, juntamente com o descaso das economias locais. (INTAL, Loc. Cit. p. 69).

A metodologia aplicada neste trabalho foi a análise indutiva-qualitativa da bibliografia sobre unificação monetária e seus ganhos, e na instabilidade econômica dos países membros do bloco. Para atingir os objetivos propostos, foram realizados estudos no sentido de nos familiarizar com o assunto a ser desenvolvido. Fez-se necessário uma

investigação da bibliografia oferecida com a compilação das informações coletadas para posteriormente proceder-se análise, síntese e apresentação dos resultados alcançados.

O capítulo primeiro realiza uma abordagem sobre a moeda e seu papel na economia, através de uma linha de pesquisa na concepção de autores clássicos na questão – Smith, Marx e Keynes – e de outros que trabalharam o conceito de moeda, suas funções e sua evolução ao longo do tempo. Esta abordagem é necessária para a formação da base sobre a relação entre moeda e Estado.

A segunda parte do capítulo primeiro propõe verificar se há condições de convergência econômica no âmbito do Mercosul, que permita considerar a hipótese de uma constituição de arranjos monetários e financeiros, semelhantes aos que surgiram na trajetória da integração da Europa. Para isso se utiliza como referencial analítico a teoria das áreas monetária ótimas (AMO). Através dos trabalhos de Mundell (1961), McKinnon (2000) e Kenen (1969), procura-se verificar sobre quês circunstâncias o conjunto de economias do Mercosul teria vantagens em abrir mão de sua autonomia na gestão macroeconômica, especialmente nas áreas monetária e cambial. Fica claro que o Mercosul não atende aos critérios da AMO.

O capítulo segundo trata as relações econômicas internacionais existentes no mundo globalizado, sendo expostas concepções atuais sobre a economia mundial frente às teorias das relações internacionais. Iniciando com os paradigmas das relações internacionais, englobando os conceitos de globalização e mundialização, além do pensamento conservador-liberal, marxista, realista e radical sobre as relações econômicas internacionais e os paradigmas referentes à América Latina, nas visões de Raúl Bernal-Meza e Luiz Amado Cervo, entre outros autores.

Também, procura-se desenvolver a conceituação e evolução das relações econômicas internacionais, a partir dos ideais cepalinos de integração regional. O próximo tópico do capítulo é uma síntese de alguns blocos econômicos, desde sua criação, graças à regulamentação em 1947 do GATT–General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), passando pelas modificações importantes de 1994, onde a Rodada Uruguai criou a Organização Mundial do Comércio.

Ainda neste capítulo, procura-se inserir o Brasil no contexto das relações internacionais, iniciando com as idéias de Raúl Prebisch sobre integração regional, em

seu artigo de 1959, defendendo a criação de um mercado comum, buscando um processo de crescimento econômico contínuo para a América Latina, então caracterizada pelo processo de industrialização substitutiva de importações, e que deu sustentação à criação da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio).

É apresentando, então, o Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul) e o contexto brasileiro frente a este bloco, verificando a evolução comercial intra-bloco desde sua criação e os resultados das exportações e importações brasileiras, demonstrando um aumento do comércio na região, principalmente com a Argentina. A relação com este país será melhor abordada na seção seguinte, utilizando-se os conceitos de Luiz Amado Cervo e Raúl Bernal-Meza, principalmente.

O capítulo terceiro analisa as mudanças cambiais no Mercosul e seus impactos nas economias dos países-membros do bloco. O principal exemplo é a desvalorização do Real em 1999, que acarretou uma série de conseqüências às economias dos países vizinhos, arrastando em sua crise os outros membros do Mercosul. Esta crise foi agravada pela insistência do Banco Central do Brasil em manter a paridade cambial com o dólar, fazendo com que aumentasse os custos da desvalorização a fim de manter a paridade cambial, o que deu margem à especulação na compra de títulos públicos indexados à correção cambial, elevando a dívida pública. (CARVALHO, 2004: 12).

Este capítulo aborda ainda a relação entre a criação de uma moeda comum no Mercosul, frente à possibilidade de reduzir os efeitos das instabilidades econômicas no bloco. A vulnerabilidade financeira, que afetou nos últimos anos o desempenho comercial da América Latina, alicerça a teoria de que os países estariam menos expostos às turbulências econômicas se ocorresse uma coordenação macroeconômica, principalmente no que diz respeito a um regime de cambio convergente. (LINS, 2003: 15).

O capítulo quarto realiza uma análise dos benefícios e custos da implantação de uma moeda única no Mercosul e faz um estudo dos pré-requisitos para a unificação monetária. Neste capítulo são ainda dispostos os dados econômicos dos países-membros do Mercosul para comparação com os requisitos apresentados.

A posição defendida neste trabalho é da criação de uma moeda única no Mercosul, através de uma pesquisa quanto às formas de se alcançar uma unificação

monetária, suas vantagens e desvantagens e os caminhos já percorridos. Sabe-se que a situação atual do bloco econômico não permite uma unificação monetária em curto prazo, porém o autor acredita na necessidade de busca de uma agenda interna do Mercosul para uma coordenação econômica e posterior realização de uma unificação monetária, que fortaleça a maior inserção do mercado e economias do continente sul-americano.

CAPÍTULO PRIMEIRO

MOEDA

1.1. MOEDA: DE SMITH A MARX E KEYNES

Smith, em a *Riqueza das Nações*, desfaz a confusão mercantilista entre dinheiro e riqueza, que identificava como sinônimos os termos, definindo claramente cada um deles, levando à visão de que um indivíduo só aumenta sua riqueza em consequência de uma perda por parte de outro. Observa, também, que seria ridículo esforçarmo-nos seriamente para demonstrar que a riqueza não consiste nem no dinheiro, nem no ouro, nem na prata, mas no que o dinheiro compra. (SMITH, 1986: 86).

Segundo Fiori (1999: 50), a discussão sobre valor da moeda entre Smith e Ricardo é permeada por uma ambigüidade teórica. Embora ambos reconheçam a importância universal do poder político dos Estados soberanos na determinação do valor do dinheiro, abordam apenas o controle exercido pelo Estado inglês através do Parlamento e sua referência ao padrão-ouro, deixando de lado o aspecto da interferência estatal inglesa na determinação do valor da moeda de outros povos.

Já Robertson (1960: 2), seguidor da corrente smithiana, define a moeda como o que é geralmente aceito em pagamento de mercadorias ou no cumprimento de outras espécies de obrigações comerciais. Para este autor, uma das grandes vantagens do dinheiro é permitir ao homem, como consumidor, generalizar sua capacidade aquisitiva, demandando à sociedade o que lhe convém. Sem a existência da moeda, os serviços seriam pagos através de mercadorias e, se não ocorresse um racionamento ou liberdade desta forma de pagamento, haveria um desperdício inevitável. (Idem, Idem: 4).

Outra grande vantagem da moeda consiste em possibilitar ao homem, como produtor, concentrar a atenção em sua atividade, contribuindo com a maior eficiência para o fluxo geral de mercadorias e serviços, constituintes da renda real da sociedade. Finalmente, uma última grande vantagem da moeda, descrita por Robertson, semelhante à anterior, consiste em facilitar imensamente os empréstimos e os pagamentos

adiantados em todas as espécies. Para ele o salário, fruto do preço do trabalho realizado, representa uma forma de pagamento adiantado, pois o trabalhador, que se ocupa da fase preliminar de uma produção, não precisa esperar a conclusão do produto para receber por seu trabalho. (Idem, Idem: 5-6).

Robertson entende como valor da moeda *“algo exatamente análogo ao que entendemos por valor de qualquer coisa, seja pão ou tecido; isto é, aquilo que nos será dado em troca de determinada unidade de dinheiro.”* (Idem, Idem: 14). O autor afirma que, ao expressarmos o valor das mercadorias em termos monetários, por uma questão de conveniência, cria-se uma dificuldade: *“não podemos expressar o valor do dinheiro em termos do próprio dinheiro.”* (Idem, Idem: 14).

Já, segundo Marx (1988: 237), a moeda, em sua substância e materialidade, é a mesma em sua forma, representando assim a riqueza. Por outro lado, *“[...] se a moeda aparece como a mercadoria geral em todos os lugares, também o faz em qualquer tempo.”* Marx aponta, nesta idéia, a chamada durabilidade específica da moeda. *“É o tesouro que não enferruja nem é comido pelas traças.”*

O autor afirma que todas as mercadorias são apenas dinheiro transitório, enquanto o dinheiro é a mercadoria permanente, não confundindo moeda e preço, pois para ele uma das funções da moeda é ser medida de valor na troca de mercadorias. Os preços monetários são apenas preços relativos, estabelecidos em termos da mercadoria-moeda. Para ele, estes são oriundos do trabalho socialmente necessário à produção de cada mercadoria, o que os transforma em preços de produção, que é a relação entre o fluxo de capital constante e o fluxo de capital variável. (Idem, Idem: 115).

Semelhante ao apontado anteriormente por Robertson, para Marx o dinheiro, na forma de capital, é um direito sobre o futuro trabalho novo, onde o capital já não possui uma relação com o trabalho corrente, não estando mais presente nos elementos do processo de produção, mas sim como capacidade de trabalho. (Idem: 367).

Quanto à relação entre dinheiro e mercadorias, o autor destaca:

“Não é por meio do dinheiro que as mercadorias se tornam comensuráveis. Ao contrário. Sendo as mercadorias, enquanto valores, trabalho humano objetivado, e portanto sendo em si e para si comensuráveis, elas podem medir seus valores, em comum, na mesma mercadoria específica e com isso transformar esta última em sua

medida comum de valor, ou seja, em dinheiro. Dinheiro, como medida de valor, é forma necessária de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias: o tempo de trabalho” (Idem, 1988: 86).

O que Marx define aqui é a primeira função da moeda, a de valor de troca, que é a medida da quantidade de trabalho realizado.

A concepção marxista, segundo Suzanne de Brunhoff, aborda a moeda como um dos organismos do capitalismo, cujo papel depende das relações capitalistas na produção. (BRUNHOFF, 1976: 11). Ao analisar a moeda como parte integrante das relações de produção capitalistas, Marx realiza uma explicação das relações entre o “real” e o “monetário”, que intervém no financiamento da acumulação e nas alterações conjunturais. Para Marx (Op. Cit. p. 14), a circulação da moeda é uma característica da produção mercantil, determinada pelo fato de que a troca privada supõe a produção privada, de modo que a moeda seja a expressão de uma relação geral de troca entre os agentes econômicos privados.

Carvalho (1986), citando *O Capital*, verifica que somente quando Marx deixa de utilizar as condições estritamente controladas dos capítulos iniciais, propicia a construção de uma teoria monetária emergente. Escreve:

“[...] ao lidar com a moeda, nós assumimos que as mercadorias eram vendidas pelos seus valores; não havia razão alguma para considerar que preços divergem dos valores, dado que estávamos preocupados simplesmente com a mudança da forma que as mercadorias sofrem, quando elas são transformadas em moeda e aí transformadas de novo em mercadorias.” (MARX. Apud CARVALHO, 1986: 17).

Marx define ‘moeda’ como signo do valor, onde se verifica que a função do dinheiro, como meio circulante, é oriunda da figura da moeda, pois “*a fração do peso do ouro, representada pelo preço (...) tem de defrontar-se com estas na circulação sob forma de uma peça de ouro de igual denominação ou moeda.*” (MARX, Op. Cit. p. 86).

Observa-se que a moeda, como medida de valor, tem em sua circulação uma separação na qual o preço deriva da mercadoria e do valor da moeda. Sendo que o problema monetário foi resolvido antes da entrada em cena da moeda, assim que houve a passagem da forma relativa do valor para a forma de equivalente geral. (BRUNHOFF, Op. Cit. p. 21).

Entretanto, Brunhoff afirma que *“a forma da moeda implica a produção da mesma como uma mercadoria, onde se o valor do ouro no tempo se modifica enquanto o valor das outras mercadorias continua os mesmos, os níveis gerais dos preços se alteram.”* (Idem: 22).

Já Belluzo (1980: 84), ao analisar a teoria do valor na obra de Marx, afirma que o surgimento da moeda é oriundo *“da expressão da reiteração e a expansão das trocas, entendida como expressão da diferenciação da divisão social do trabalho”*, que exige que o valor de troca presida e regule os atos de produção. Para isso, afirma, é necessário que uma mercadoria particular possa encarnar o tempo de trabalho abstrato, do qual é resultado.

No papel da moeda, como medida de valor, observa-se uma neutralidade da moeda-mercadoria, em relação ao valor das trocas das mercadorias. Segundo Brunhoff, *“continuam excluídas a concepção de dicotomia dos dois setores atribuída aos economistas clássicos e a que procura suprimir a dicotomia fazendo funcionar uma procura em posição a uma oferta de moeda.”* (BRUNHOFF. Op.cit. p.24). O problema de distinção entre ‘forças’ e ‘valores’ subdivide-se no *Capital*: *“se respeita às relações valor do ouro-preço de mercadoria-valor [...] de mercadoria, está simultaneamente posto e resolvido pela determinação da forma da moeda.”* (Idem, Idem: 24).

Ao tratar a moeda como meio de circulação, onde se verifica a determinação de medida de valor e padrão de preços, Brunhoff (Op. Cit. p.28) destaca que há um progresso na análise monetária feita por Marx, na qual a moeda, como meio de circulação, manifesta e garante a prática do papel monetário da moeda como medida de valor. Somente com a circulação, em que a moeda substitua efetivamente as mercadorias, será possível se levar à fixação dos preços. Esta autora escreve:

“A primeira função da moeda [medida de valor] é a condição da segunda [função de meio de circulação], mas a segunda completa necessariamente a primeira. Sem esta conexão, a moeda não teria senão um caráter puramente funcional, como meio de circulação, ou puramente ideal como unidade de conta” (Idem, Idem).

Marx compara as duas funções da moeda como uma medida de valor, que é o tempo do trabalho, onde o preço nada mais é do que a expressão monetária do valor de uma mercadoria e a função de meio de circulação, o instrumento através do qual as mercadorias são trocadas entre si. Ele refuta as teorias quantitativas da moeda, ao

afirmar que a moeda possui um valor variável com a produção e com a venda inicial. (Idem, Idem: 29)

A moeda pode ainda adquirir uma função de instrumento de entesouramento, onde funciona como reserva por oposição às funções de medida de valor e de numerário. “*O entesouramento é a interrupção do processo de circulação das mercadorias*”, onde ocorre a ruptura do encadeamento das trocas. (Idem, Idem: 40).

Marx, ao analisar o entesouramento com o fetichismo da moeda, verifica que o acúmulo de dinheiro impessoal detém um fim em si mesmo, pois o dinheiro obtido por empréstimo provém da mais-valia que não é utilizado para o consumo ou para acumulação de capital.

Na procura por moeda entesourada não há existência de regras ou medidas, pois está ligada à qualidade do dinheiro, que se transforma em qualquer espécie de mercadoria, chamado de ‘liquidez monetária’. A arbitragem entre moeda de transação e moeda entesourada, indica Brunhoff (Idem: 43), deriva da relação entre a quantidade de moeda que se pode entesourar e sua restrição em relação ao poder do dinheiro. Por outro lado, o efeito político que a moeda exerce, explica a constituição de um tesouro pelo Estado, sendo que o entesouramento público possui as mesmas raízes do privado.

“O dinheiro é a propriedade impessoal. Ele permite transportar comigo, no meu bolso, o poder social e as relações sociais gerais: a substância da sociedade. O dinheiro repõe, sob forma de objeto, o poder social nas mãos dos particulares, que exercem este poder na qualidade de indivíduos.” (MARX, 1977: 181).

Assim como para Marx, a economia keynesiana não trabalha com moeda neutra, devido à retenção de moeda por parte dos indivíduos, constituindo-se em uma forma de segurança contra a incerteza em relação aos seus planos de transações e produção, influenciando na dinâmica do processo produtivo. (KEYNES, 1970: 216-20).

Keynes define a economia monetária como aquela em que a moeda, ao invés de ser uma mera conveniência temporária, “*joga papel próprio e afeta motivos e decisões e é, em resumo, um dos fatores operativos na situação, de modo que o curso dos eventos não pode ser predito, seja no longo como no curto período, sem um conhecimento do comportamento da moeda entre o primeiro e o último estado.*” (KEYNES, 1973: 408-9).

Disserta que, se a moeda tivesse importância, ao menos no curto prazo, regras de administração monetária seriam necessárias para preservar a estabilidade do negócio e o emprego. (KEYNES, Op. Cit. p.138). Assim, escreve, “o ponto principal é que nos objetivos das autoridades, como significado de que está sob seu controle, deverá ocorrer estabilidade de preços” (Ibidem, Ibidem: 149).

Ao expor as conclusões de Keynes, Paiva (2002:4) salienta a rejeição do regime padrão-ouro pelo autor, graças aos defeitos em assegurar a estabilidade dos preços domésticos, devido ao fato de que a taxa de câmbio neste regime é relativamente fixa. A batalha de Keynes contra o regime padrão-ouro tornou-se ainda mais contundente quando foi estabelecido o regime padrão-ouro na Inglaterra. A reação de Keynes foi então imediata, no artigo intitulado *The Economic Consequences of Mr. Churchill*, onde critica veementemente tal decisão.

Segundo Olivares, a visão de Keynes nos diz que vivemos numa economia monetária com rigidez de salários, onde a introdução da moeda leva a conclusões diferentes no longo prazo. A teoria tradicional é baseada na abstração de uma moeda neutra, onde surgem problemas justamente devido ao fato da economia não se comportar como numa economia neutra, requerendo que a quantidade de moeda permaneça constante, o que não ocorre, levando à origem dos problemas. (OLIVARES, 2005: 22).

De acordo com Fiori, Keynes foi responsável pela redescoberta da verdade monetária do mercantilismo, ao afirmar:

“... num tempo em que as autoridades não podiam agir diretamente sobre a taxa de juros interna, nem sobre os motivos que a governavam, as entradas de metais preciosos, resultantes de uma balança comercial favorável, eram os únicos meios indiretos de baixar a taxa de juros interna, isto é de aumentar a incitação a realizar investimentos.” (KEYNES Apud FIORI, 1999: 52).

Por sua vez, Brunhoff realiza uma distinção entre o entesouramento de Marx e a preferência pela liquidez de Keynes. Escreve :

“Sem dúvida [...] implicam uma arbitragem entre moeda e mercadorias, segundo Marx, e entre moeda e títulos financeiros, segundo Keynes, que tem por origem o desequilíbrio entre quantidade finita (segundo Marx) e oferta limitada

(segundo Keynes) de disponibilidades monetárias e uma qualidade específica da moeda cujo poder de troca é universal.” (BRUNHOFF, Op. Cit. p. 24).

Como podemos observar, então, a moeda não foi genialmente inventada, mas surgiu de uma necessidade. Sua evolução e suas teorias, anteriormente descritas, refletem, a cada momento, a necessidade do homem adequar o instrumento monetário à realidade de sua economia. Nesta sessão procurou-se demonstrar as características que a moeda possui, para se iniciar o estudo de uma unificação monetária com as áreas monetárias ótimas, onde a moeda não deixa de ter os traços anteriormente mencionados.

1.2. ÁREAS MONETÁRIAS ÓTIMAS

Mundell (1961), vencedor do prêmio Nobel de 1999, devido a suas contribuições no campo da economia monetária, é um defensor da moeda única e formula a teoria das áreas monetárias ótimas (AMO). Entende-se por área monetária ótima uma região não necessariamente unida por fronteiras nacionais, em que se resulta ótimo ter uma moeda única e uma política monetária unificada. É uma área econômica com mobilidade dos fatores de produção perfeita, em particular o fator trabalho.

Mundell defende que a mobilidade de fatores é o principal elemento para se definir que uma região constitui uma AMO, pois quanto maior for a mobilidade de mão-de-obra nesta região, mais esta se apresenta com uma área monetária ótima. O argumento de Mundell pode ser condensado na defesa de que um regime de câmbio fixo é mais indicado para áreas com grande mobilidade de fatores, enquanto o regime flexível é mais apropriado para áreas com baixa mobilidade de fatores. (MUNDELL, 1961:509).

O autor parte do princípio da existência de uma rigidez nos preços e salários e a partir desta idéia atribui grande importância à mobilidade do trabalho como fator de ajuste. A teoria de Mundell sobre as áreas monetárias ótimas (1961: 510) teve como ponto principal a resposta à seguinte pergunta: Quais os critérios econômicos que poderiam levar as mais variadas regiões do mundo a decidir se poderiam adotar uma moeda corrente comum?

Para responder a essa pergunta, o autor realiza uma análise do mapa monetário global e desenvolve uma análise de custo-benefício de uma união monetária. Os benefícios em adotar uma moeda corrente comum incluem a redução de vários custos de transação, gerados pela existência de várias moedas correntes, e um ganho na liquidez dessas moedas, atribuído principalmente à expansão de sua área de transações, visto que todos os mercados financeiros se beneficiariam também. A principal desvantagem seria a eliminação da taxa de troca entre os participantes da união, pois não seria mais possível absorver os choques que afetam assimetricamente as várias regiões de uma união monetária. (Ibidem. Ibidem: 511).

Pode-se definir que o aspecto central desta teoria consiste na afirmação de que, na existência de grandes divergências entre produtividade e emprego, nas diversas regiões de uma AMO, o mercado de trabalho deve ter grande flexibilidade para evitar problemas de ajustamento na união monetária. Em outro trabalho, Mundell (1973: 143) conceitua 'integração monetária' como conjunto de moedas com conversão a uma paridade absoluta fixa e dotadas de credibilidade no que diz respeito à manutenção desta paridade. Esta credibilidade depende em grande parte da existência de condições semelhantes às de uma área onde a taxa de inflação seja semelhante a todos membros, bem como a aceitação dos objetivos das autoridades monetárias e suas políticas monetárias coordenadas.

Segundo McKinnon (2000: 3), Mundell soube ilustrar as vantagens de uma taxa de câmbio flexível, de maneira a formar um paradigma comum sobre o assunto:

"Considerando um modelo simples entre duas entidades (A e B), inicialmente em pleno emprego e com o balanço de pagamento equilibrado, pode-se verificar o que acontece quando o equilíbrio é perturbado devido a um aumento na demanda de produtos provenientes da entidade A para entidade B. Assumindo que não pode haver uma redução de salários e preços no curto prazo sem causar desemprego, [e] que a autoridade monetária atua para prevenir inflação [...] [e devido] à existência de mais de uma área monetária (ótima) num mundo onde existe uma variabilidade de taxa de câmbio, [...] um aumento na demanda de produtos provenientes da entidade A para entidade B, ou uma apreciação pelo país A, poderá corrigir o desequilíbrio externo e também aliviar o desemprego no país B e restringir a inflação no país A. Este é o mais favorável caso de flexibilidade nas taxas de câmbio baseada em moedas nacionais." (Mundell, 1961,510-11).

A partir desta análise hipotética de um desvio de demanda, Mundell conclui que o aumento de salários, não sustentado por um aumento na produtividade, causará uma diminuição da produção e uma elevação do desemprego. Com a integração monetária e a impossibilidade de ajustes através do câmbio, estes são feitos através da flexibilidade de preços, salários ou mão-de-obra. Assim quanto menor for a mobilidade dos fatores de produção, maiores serão os custos da integração monetária.

Diferente de Mundell, McKinnon (Loc Cit. p. 5-6) observa a relevância do tamanho e do grau de abertura nas economias abordadas na determinação da eficiência do sistema cambial. O autor destaca que quanto maior e mais aberto for a economia de um país, mais eficiente será seu sistema de câmbio fixo, para restaurar o equilíbrio externo.

McKinnon defende que a análise do tamanho e do grau de abertura da economia é fundamental na determinação de uma AMO e que esta arguição deve ser somada ao critério geográfico de Mundell, para que se obtenha uma visão melhor da AMO. (Ibidem. Ibidem: 6).

Kenen (1969) acompanha Mundell no que diz respeito à existência de um ponto importante para a escolha do regime cambial ótimo: o grau de mobilidade dos fatores de produção, acrescentando que este dependeria do grau de mobilidade dos fatores de produção intra-indústria. O autor se baseia no grau de diversificação da economia para sua análise das AMO, pois quanto mais diversificada for a economia, maiores serão suas possibilidades de atingir uma união monetária, pois esta economia se tornaria menos dependente das taxas cambiais para proteção contra os choques externos, podendo-se valer da adoção de um câmbio fixo entre os parceiros da união.

Ainda, segundo Kenen (Loc. Cit. p.133-4), se um país possui um parque produtivo com baixo grau de diversificação, incidirá em maior custo para que suporte o risco de choques específicos sobre os poucos produtos de sua economia, caso se adote um regime de câmbio fixo. O custo seria bem menor se houvesse uma maior diversificação da estrutura produtiva do país, pois o mesmo seria diluído. Pode-se observar que este é um ponto favorável à unificação monetária no Mercosul.

Em outro trabalho, Kenen (2002) crítica a utilização da teoria das AMO como uma forma de se avaliar se os países devem formar uma união monetária, pois a teoria

tradicional da AMO não permite *"um balanço satisfatório dos benefícios e custos da formação de uma área de moedas."* O argumento do autor é que a teoria contida nos trabalhos iniciais sobre a AMO apenas trata dos custos econômicos da fixação de taxa de câmbio e sua conveniência em utilizar taxas flexíveis, para cessar os efeitos de choques econômicos. (Kenen, 2002: 12).

Para definir o domínio de uma AMO, cada autor, anteriormente mencionado, trata seu enfoque de maneira distinta. Enquanto Mundell se utiliza da mobilidade do trabalho como característica crucial, capaz de indicar o domínio de uma área monetária ótima, McKinnon utiliza o grau de abertura econômica e Kenen o grau de diversificação produtiva. Com critério semelhante à teoria inicialmente defendida por Kenen, Fleming (1971: 23. On-line) propõe uma similaridade das taxas de inflação para que os termos de troca permaneçam estáveis e as transações em conta corrente sejam mais equilibradas, anulando a necessidade de se utilizar taxa de câmbio para ajuste.

Para finalizar o pensamento de Mundell destaca-se que quanto maior a diversificação de uma economia em relação a sua atividade produtiva e capacidade organizacional, menores serão os custos decorrentes de choques econômicos imprevistos com relação ao nível de emprego e inflação. O autor defende que ajustes estruturais em uma economia são essenciais para a determinação do regime de câmbio ótimo, devido ao fato de que definem a capacidade da economia em absorver choques exógenos. (MUNDELL. Loc. Cit. p. 517).

Assim, a análise das AMO permite verificar se o Mercosul é uma área monetária ótima, se está próximo de ser ou se nunca será. Nesta direção, Bayoumi & Einchegreen (1994: 11. On-line) realizaram estudos onde concluem pela não existência de uma área monetária ótima nas Américas, através de uma abordagem com vetores autorregressivos. Os autores concluíram que apenas três conjuntos de países seriam uma área monetária ótima: na Europa, apenas Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Holanda, Suíça; no nordeste asiático, formariam uma união monetária ótima o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan; no sudeste asiático, Hong Kong, Indonésia, Malásia, Cingapura e Tailândia.

Levy-eyati e Sturzenegger (2000: 34. On-line) também concluem que o Mercosul não é uma área monetária ótima, propondo a adoção do dólar americano como forma da região ganhar credibilidade. Os autores apontaram razões para que o Mercosul

não constitua uma área monetária ótima: a pouca mobilidade de mão-de-obra, grandes diferenças de renda, a pouca similaridade de choques, pouco comércio intra-bloco, ciclo de negócios não coordenados e ausência de uma moeda que pudesse garantir a credibilidade para a moeda comum. Entretanto, se levarmos em consideração os critérios de formação de uma área monetária ótima, teria menos sentido a adoção do dólar por Brasil e Argentina, do que se ambos utilizassem uma nova moeda comum.

Já Arestis e Paula (2003: 41), ao analisarem o Mercosul baseados na experiência do Euro e em teorias originárias da literatura de AMO, concluem que o bloco não é suficientemente unificado para atender aos critérios de uma união monetária. Os autores vão além e defendem que o modelo adotado na União Européia não serviria de base para o Mercosul, pois seria necessário um mecanismo de transferências fiscais que dificilmente os países do Mercosul conseguiriam dispor. Isso ocorreria porque os problemas sociais dos países do Mercosul são bem maiores que aqueles enfrentados pelos países da zona do Euro. Pois as políticas de contenção inflacionária representariam um custo social muito elevado para economias em desenvolvimento como as do Mercosul.

Pode-se, a partir destes estudos, verificar que o Mercosul, na maioria dos critérios teóricos das AMO, não é uma área monetária ótima. Entretanto, como veremos nos próximos capítulos, o Mercosul converge e tem possibilidades reais em se tornar uma área monetária ótima.

CAPÍTULO SEGUNDO

O BRASIL FRENTE ÀS RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS E O MERCOSUL

2.1. AS RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

Antes de iniciar a análise das possibilidades da criação de uma moeda única e de uma coordenação macroeconômica no Mercosul, faz-se necessário uma explanação sobre o contexto das relações econômicas internacionais, seus paradigmas e as correntes teóricas nas quais o bloco está inserido.

O paradigma de que a globalização representa uma nova configuração de idéias, leva a uma perspectiva de que este fenômeno comporta um sistema de idéias e concepções que não existiam anteriormente, o que destaca a diferenciação dos conceitos de mundialização e globalização.

Segundo Mário Rapoport (2000: 25), entende-se por mundialização o processo econômico que abrange as novas formas da acumulação capitalista, como produção, comércio e desenvolvimento tecnológico, enquanto a globalização é uma concepção de um novo processo.

Já Goyos Jr. define o processo de globalização como:

“A continuada exploração sistêmica dos países em desenvolvimento por um núcleo central de países desenvolvidos, mediante a imposição de valores e padrões culturais etnocêntricos, bem como de normas unilaterais e não eqüitativas, sob o manto de uma falaz juridicidade internacional, administrada pela [...] ideologia do chamado livre comércio, por uma organização internacional sem compromissos com a prevalência do estado de direito e da justiça nas relações internacionais.” (GOYOS JR, 2004a: 19).

Pode-se, assim, afirmar que embora inseridos num mesmo contexto econômico, os conceitos de mundialização e globalização são distintos, pois o primeiro trata do pro-

cesso econômico como um todo, enquanto o segundo trata de uma absorção de valores culturais e políticos.

O teórico argentino Raúl Bernal-Meza, por sua vez, destaca a existência de quatro grandes linhas de pensamentos acerca da nova ordem mundial (BERNAL-MEZA, 2000: 41):

1.O pensamento econômico-liberal, que disserta sobre a tese de que uma mudança estrutural e funcional nos Estados, expressada pelo intenso processo de globalização, levaria a uma tendência de dissolução política, econômica, social e cultural, além do fim das fronteiras nacionais.

2.O marxismo, que acredita não haver nada de novo, rejeitando a idéia de ocorrência de transformações na ordem internacional, considerando-as como uma tendência do próprio capitalismo e seu regime de acumulação.

3.O pensamento realista, que acredita na continuação dos mesmos fundamentos básicos do sistema de Estado do século XVII, como a ocorrência de condições de anarquia do sistema interestatal que levaria à reprodução permanente da política do poder.

4.A corrente de pensamento radical, que destaca que o sistema atual está longe de ser genuinamente global, pois a atividade econômica tem seu eixo concentrado nos Estados Unidos, Japão e Europa, que coloca toda a economia mundial em seu controle através de sua capacidade de exercer pressões sobre os mercados.

Segundo a argumentação do autor, o pensamento econômico liberal é o único que aborda globalização como um processo inovador capaz de alterar as estruturas econômicas das nações, já que as outras três correntes, o marxismo e os pensamentos realista e radical atribuem o fenômeno respectivamente, a uma tendência imanente ao regime capitalista, uma continuação do processo iniciado há quatro séculos atrás, e uma maquiagem do sistema controlado pelos eixos principais da economia mundial.

Também em Lafer e Fonseca observa-se o debate entre realismo e idealismo através de uma disputa de paradigmas. Os autores discorrem sobre as bases do idealismo liberal e sua crítica frente ao realismo. Segundo afirmam, o idealismo liberal

pode ser configurado como uma corrente acertada a partir da emergência das primeiras evidências do fim do Estado territorial, levando ao Estado comercial e virtual. (LAFER & FONSECA, 1994: 32).

Amado Cervo (2003: 15-23) também destaca a existência de quatro paradigmas nas relações internacionais na América Latina:

3O paradigma liberal-conservador (1810 a 1930) - Definido pelos europeus como a política das portas abertas, consistia no fato de que a periferia não tinha outra opção além de abrir seu mercado aos manufaturados europeus, dedicando-se a atividades primárias.

4O paradigma do Estado desenvolvimentista (1930 a 1989) - Há um rompimento do modelo agrário-exportador, que inicia um Estado com nova funcionalidade, dotado de apoio diplomático e popular. O perfil deste paradigma apresenta três componentes: consciência da transição, desenvolvimento da política exterior e realismo de conduta, conferindo assim funcionalidade capaz de desenvolver a indústria e dar eficiência à política externa, mediante autonomia e cooperação internacional.

5O paradigma do Estado normal (1990 a 2002) – Para o autor, este paradigma foi a grande invenção política da América Latina, devido à observância de que um dos problemas crônicos enfrentados pelos governos foi a instabilidade econômica. A corrente de pensamento monetarista reforçou a autocrítica feita pela Cepal, ao formular a doutrina do regionalismo aberto, com ampla abertura multilateral, que consistia em um processo de dois fenômenos: a interdependência, nascida de acordos, e a que é basicamente impulsionada pelos sinais do mercado. A Argentina foi o país que melhor adotou este paradigma, apoiando-se em três parâmetros essenciais: subserviência na esfera política, destruição na esfera econômica e regresso estrutural e histórico.

6O paradigma do Estado logístico (a partir de 2003) - Associação do liberalismo externo ao desenvolvimentismo brasileiro, recuperando a

autonomia decisória, a fim de elevar o patamar nacional ao nível das nações avançadas, transferindo à sociedade as responsabilidades do Estado empresário.

A teoria latino-americana de Bernal-Meza acompanha Cervo ao afirmar que esta *“comporta [...] elementos ideológicos, além do desenvolvimentismo [...], o liberalismo e o ocidentalismo [...]. A variável política do bloco mental que compõe o paradigma sob análise volta-se para a superação da assimetria capitalista pela promoção do desenvolvimento e pressupõe a autonomia decisória, sem o que nada se alcança nessa via.”* (BERNAL-MEZA Op. Cit. p. 34).

Mário Rapoport (2001: 167) defende que nos países periféricos da América Latina se faz necessária a análise das políticas de ajuste estrutural, dos efeitos do endividamento externo e da redução das áreas de atuação do capitalismo de Estado em relação aos níveis de competitividade.

Para o autor, uma das principais teorias atualmente discutidas é a do *“debilitamento ou possível desaparecimento do Estado-Nação”*, baseada na idéia de que, com o fim da bipolaridade e o triunfo do capitalismo liberal e da globalização econômica, ocorreu um processo de diminuição progressiva da esfera de ação dos Estados, enterrando o paradigma do Estado-Nação soberano e autárquico. (Ibidem, Ibidem. p. 166).

Mozart Forchette (2001: 13) afirma que o comércio internacional tornou-se, com o passar dos anos, peça essencial para o bom desempenho econômico das nações. Com isso, as transações internacionais continuaram obtendo significativo crescimento.

Finalmente, para François Chesnais, desde a década de 70 o capitalismo mundial vem sofrendo influencia do processo de globalização mundial, tanto na esfera financeira como na produtiva. Ao analisar os grupos industriais, afirma que há uma relação entre o capital produtivo e o monetário, em um contexto globalizado: *“(...) a globalização financeira pressionou os grupos a acentuar, de maneira qualitativa, seu caráter de centros financeiros. Os grupos [industriais] começaram a diversificar-se em direção às finanças”* (CHESNAIS, 1996: 26)

Na esfera da produção, Chesnais destaca o fato de que as grandes corporações atuam de uma forma diferente dos períodos anteriores, com forte crescimento no

investimento direto estrangeiro e alavancando o intercâmbio comercial, emergindo assim em um oligopólio mundial. (CHESNAIS, Op. Cit. p. 28).

Por sua vez, referindo-se à mundialização produtiva, Celso Furtado salienta que mesmo com a existência de um novo espaço para a valorização mundial do capital, não ocorre a integração homogênea das economias, já que perpetua-se a ausência de autonomia do Estado, perdendo-se as oportunidades de desenvolvimento sustentado. (FURTADO, 2000: 15).

Como vimos, os paradigmas das relações econômicas internacionais alteraram em muito a concepção da economia de uma nação industrial, e suas práticas ficam cada vez mais engajadas em um contexto liberal, onde se perde autonomia econômica decisória e faz com que as nações se adaptem ao buscar acordos de complementação econômica que são vitais para a sobrevivência em um mundo globalizado. Assim, faz-se necessário uma abordagem sobre a integração através da formação de blocos econômicos, como veremos adiante.

2.2. BLOCOS ECONÔMICOS

Blocos econômicos são conjuntos de países que firmam um acordo de complementação econômica com o objetivo de alavancar o comércio entre eles e fortalecer suas economias internas, visando aumentar sua vantagem competitiva com relação a outros países e outros blocos. O estabelecimento de acordos e tratados comerciais foi uma das formas encontradas pelos países para superarem as políticas protecionistas existentes em diversos países. Forchette (2001:55) define como tratados comerciais as convenções firmadas entre nações por certo período e com objetivos pré-determinados, visando aumentar o comércio entre as partes, principalmente através de reduções nas tarifas. Quando a convenção é de curta duração e de abrangência restrita a alguns produtos, denomina-se “acordo” e quando de longa duração, abrangendo maior número de negociações comerciais, denomina-se “tratado”, que é também passível de inclusão de cláusulas não-comerciais. (Idem, Idem: 123).

Segundo Goyos Jr. (2004a. Loc. Cit. p. 1), o domínio do comércio internacional sempre foi o mais importante objetivo estratégico das nações. Tanto que guerras foram travadas, em razão disso, durante milhares de anos.

Com o fim da Segunda Grande Guerra, tornou-se necessário a criação de uma instituição voltada para a construção de um sistema de comércio mundial, com regras universais. Neste sentido foi assinada a Carta de Havana, em 1948, criando a Organização Internacional do Comércio (OIC).

No entanto, o congresso americano não aprovou tal Carta, o que inviabilizou totalmente a OIC. Desta forma, um acordo provisório de comércio, elaborado em Genebra, em 1947, passou a ser utilizado como base do sistema de comércio desde o final dos anos 40 até a primeira metade dos anos 90. Trata-se do GATT-General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral de Tarifas e Comércio).

O regime jurídico multilateral do GATT, de inspiração dos EUA e do Reino Unido, fez parte dos acordos internacionais assinados ao final da segunda grande guerra, visando a criação de uma nova ordem mundial. O GATT-47 ainda vigora, com as modificações introduzidas na Rodada Uruguai, de 1994, durante a qual foi criada a Organização Mundial do Comércio (OMC). (GOYOS JR, Ibidem).

Goyos Jr. indica que o objetivo jurídico do GATT foi o de estabelecer uma ordem jurídica para o comércio internacional de mercadorias. O sistema multilateral de comércio é baseado no pilar do princípio da cláusula da nação mais favorecida, pela qual a concessão a um país é automaticamente aplicável a todos os países signatários do tratado. (Idem. 2001: 12). Segundo as regras do GATT, os acordos de integração econômica somente podem ser limitados à integração comercial, criando uma área restrita de livre comércio através da eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias.

Nos estudos sobre integração comercial, Fishlow (1992: 53) conceitua 'regionalismo' como um processo econômico onde os fluxos comerciais e de investimento, concentrados em uma única região, obtém um desempenho superior em nível de crescimento ao comparado com o resto do mundo. O autor defende a formação de blocos com o objetivo de reduzir barreiras e aumentar ainda mais o comércio e os investimentos intra-bloco.

Rapoport (2000. Op Cit. p. 170), ao argüir sobre os projetos de integração regional, ressalta que ao mesmo tempo em que estes tendem a comprometer as soberanias nacionais, expressam uma tendência à constituição de supra-soberanias que contradizem os pressupostos da “*aldeia global*”.

A princípio, os tratados internacionais firmados entre dois países denominavam-se “tratados bilaterais.” Entretanto, com o aumento das transações internacionais, os tratados evoluíram para o multilateralismo, abrangendo várias nações. A integração completa de um bloco econômico é atualmente composta de cinco estágios.

O primeiro estágio, chamado de *Área de Livre Comércio*, é caracterizado pela isenção de tarifas de importação entre os países-membros, visando apenas o desenvolvimento do comércio intra-regional. Segundo o artigo 26 do GATT :

“[...] se entenderá por zona de livre comércio um grupo de dois ou mais territórios aduaneiros entre os quais se eliminam os direitos de aduana e as demais regulamentações comerciais restritivas [...] com respeito ao essencial dos intercâmbios comerciais dos produtos originários dos territórios constitutivos de dita zona de livre comércio”. (GATT, 1998: 63).

Já na segunda fase, conhecida como *União Aduaneira*, os países-membros adotam as mesmas tarifas de importação para todo e qualquer produto oriundo dos países não pertencentes ao bloco. O conjunto de tarifas de importação, aplicadas por este bloco, é chamado de Tarifa Externa Comum (TEC). A autorização é oriunda do artigo 24º do GATT: “*Se entenderá por território aduaneiro todo o território que aplique uma tarifa distinta ou outras regulamentações comerciais a uma parte substancial de seu comércio com os demais territórios*” (Ibidem. Ibidem. p. 59).

O *Mercado Comum* é a etapa seguinte e consiste na circulação dos fatores de produção, capital e trabalho, compondo uma liberdade de circulação de bens, serviços, pessoas e capital. A harmonização da política econômica entre as partes é o objetivo do quarto estágio, chamado de *Comunidade Econômica*. Por fim, a *União Econômica*, quinta e última etapa do processo de formação de um bloco econômico, é alcançada pela integração completa (política e econômica) dos seus países-membros, além da implantação de uma moeda única entre os países pertencentes ao bloco. (LIMA, 1999: .22).

É importante ressaltar que de acordo com o grau desejado de integração pelos países-membros, o processo de integração comercial não precisa necessariamente evoluir à etapa de União Econômica. A exemplo, o Acordo de Livre Comércio Norte-Americano (NAFTA – North America Free Trade Agreement), firmado entre os Estados Unidos, Canadá e México, em que, não pretende ser nada mais do que uma área de livre comércio. Neste caso, o processo de formação parou no primeiro estágio. Já o Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul), o bloco econômico formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai está, por enquanto, na fase de União Aduaneira incompleta. Isto é, os países-membros reduziram as tarifas de importação entre si e há uma Tarifa Externa Comum (TEC) única, entre estes países, embora ainda haja ocorrência de perfurações.

2.2.1. BREVE HISTÓRICO DO MERCOSUL

A formação do Mercosul está intimamente relacionada com a história econômica contemporânea de dois de seus principais membros: o Brasil e a Argentina. (LIMA, Op. cit p. 244).

As primeiras idéias de Raúl Prebisch sobre integração regional encontram-se no artigo "*Significación del mercado común en el desarrollo económico de América Latina*" (1959), onde analisa o processo de integração, via criação de um mercado comum, com a finalidade de desencadear o processo de crescimento econômico na região, caracterizado como “industrialização substitutiva de importações.”

A idéia geral deste artigo é a implicação política em relação a conflitos em torno da liberalização comercial, devido a esta resultar em mudanças no perfil de distribuição de renda, levando em consideração a existência de fatores específicos na economia. (BRAGA, 1999: 5).

O pensamento cepalino determina que para atingir o desenvolvimento uma nação deveria industrializar-se, defrontando-se com restrições internas—como deficiência institucional e de financiamento interno—e externas—importação insuficiente de bens essenciais e escassez tecnológica. A necessidade de superar estes bloqueios

levaria às idéias iniciais sobre integração econômica regional na América latina. (BIELCHOWSKY, 2000 I: 124).

Para a Cepal, integração regional é uma estratégia para viabilizar a elevação na produção industrial. Graças ao intercâmbio regional, haveria estímulo ao fluxo de trocas em determinado setor econômico que, conjuntamente ao avanço industrial, causaria uma redução nas disparidades regionais. (Idem, Idem: 133).

de fato o pensamento cepalino vê na integração econômica um instrumento essencial para constituir estruturas produtivas, auxiliando nas exportações dos países e estimulando acordos de cooperação e coordenação política. Os países com escassez de capital e baixa capacidade de crescimento parecem desperdiçar grande parte de seus esforços utilizando-se de formas rudimentares de produção. Assim, a eliminação do protecionismo, entre os países latino-americanos, traria conseqüências às suas economias, pois o protecionismo ampara grande parte das atividades existentes. Entretanto, na formulação de Prebisch sobre o mercado comum, defende-se o desenvolvimento de novas atividades, como indústrias de bens de capital de bens de consumo duráveis, bens intermediários e automotiva, em resposta às exigências do crescimento econômico. (PREBISCH. 1959. Loc. Cit. p. 351).

A formação de um bloco econômico na região seria considerada condição necessária para uma industrialização e mais eficiente intercâmbio comercial, o que levaria ao aparecimento de organizações industriais mais eficientes, aproveitando as economias de escala na produção, viabilizadas pela ampliação dos mercados e pelas vantagens da especialização. (BRAGA, Op. Cit. p. 8).

A abordagem de Marcos Lima, a respeito dos desvios de comércio, converge com as argumentações de Prebisch, ao iniciar seus estudos sobre a integração da América Latina.

“Em termos gerais, o comércio internacional traz uma série de benefícios, por exemplo, quando torna disponível aos consumidores produtos de menor custo. Mas, ao se formar uma zona de livre comércio, se estabelecem dois movimentos diferenciados: quando um parceiro compra ao outro um conjunto de produtos que antes produzia internamente, melhora sua eficiência pelo preço mais baixo dos produtos adquiridos, ainda que a criação de comércio exija processos de reconversão específicos, naqueles setores internos de baixa produtividade; contudo, o comércio também sofre um desvio,

quando se deixa de comprar a um terceiro, para se comprar ao sócio.”. (LIMA, 1999: 47).

Para Prebisch, ao invés de se procurar implantar indústrias substitutivas em todos os países, cada país poderia se especializar na produção que julgasse ser mais conveniente, de acordo com seus recursos naturais, aptidões de sua população e possibilidades de seu próprio mercado, recorrendo às importações provenientes dos demais países latino-americanos para satisfazer outras necessidades de produtos industrializados. (PREBISCH. Loc. Cit. p. 359).

Para a Cepal, a integração econômica teria um importante objetivo: o de atenuar a vulnerabilidade externa dos países membros, possibilitando alternativas de exportações. Para que essa vulnerabilidade fosse reduzida, o processo de substituições não poderia ser arbitrário, o que resultaria na criação de indústrias pouco eficientes. Prebisch afirma que a industrialização é cercada pelo protecionismo excessivo, como também por impostos exagerados sobre alguns produtos agrícolas importantes. Este cenário cria uma estrutura de custos que dificulta sobremaneira a exportação de manufaturas para o resto do mundo. Os altos custos iniciais da industrialização criaram a necessidade de proteção excessiva, o que acarretou uma estrutura de custos à qual se juntaram impostos indiretos e obrigações sociais. Tudo isso conspirava contra as exportações e também contra uma política mais racional de importações. *“E, isso acontecendo, o sistema fechado tende a perpetuar-se, com grave detrimento do desenvolvimento econômico”*. (Idem, 1961: 90).

Este processo deveria ocorrer junto com a formação de um mercado comum, o que tornaria mais eficientes as novas indústrias, aumentando as possibilidades no âmbito das exportações, reduzindo a vulnerabilidade externa das suas economias. Segundo Márcio Bobik Braga, tais possibilidades poderiam se manifestar de duas formas (BRAGA, Op. Cit. p. 10):

1. através de um maior intercâmbio comercial dentro do mercado comum
2. através do aumento das exportações de manufaturas para o resto do mundo.

Um mercado comum exige algum tipo de reciprocidade por parte dos países membros, havendo concessões, de forma que os países superavitários possam elevar as importações de outros países visando o equilíbrio nas balanças comerciais entre todos os membros envolvidos. Braga (Op. Cit. p.12) destaca que as idéias cepalinas insistem em que a reciprocidade é uma importante questão, sendo necessário, além da boa vontade política das partes envolvidas, mais três ações :

6. Uma solução de disputas de grupos de interesses, podendo esta ser consequência do fato de que o processo de integração ocorre em setores relevantes, atenuando as pressões contrárias ao processo, uma vez que os grupos de interesses ainda não estariam formados ou organizados.

7. Algum grau de cooperação macroeconômica, sendo necessário um esforço de convergência macroeconômica e coordenação de políticas no sentido de se buscar estabilidade cambial na região.

8. A existência de uma política industrial unificada, condicionada aos dois pontos anteriores.

As idéias de Raúl Prebisch tiveram influência decisiva na criação da ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio, formalizada em 1960 pelo Tratado de Montevideu, assinado pela Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai e Peru e, posteriormente, pela Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela. Entretanto, a ALALC não chegou a se tornar um mercado comum de fato.

Dentre as causas que corroboraram para o esvaziamento da ALALC, pode-se destacar: as dificuldades em se distribuir os benefícios e custos da integração entre países com diferentes graus de desenvolvimento industrial; a não existência do chamado "princípio da reciprocidade", destacado anteriormente; o fato de que um processo de integração é de difícil coordenação e envolve não apenas questões econômicas mas também políticas. (BRAGA, Op. Cit. p. 14).

Já Braithe-Poplanski (1998) destaca que as causas do fracasso da ALALC foram o fato das autoridades dos Estados, encarregados dos assuntos da ALALC, não

disporem de competências decisórias em caráter nacional; a falta de coordenação dos planos, não somente no âmbito regional como também nacional, resultado de disputas entre seus membros, assim como a ausência de uma coordenação econômica no âmbito das divisas monetárias; as deficiências profissionais dos encarregados administrativos da ALALC e, em especial, por uma extrema carência de mentalidade de integração; o fato de que os governos pretendiam ampliar o comércio regional, sem abrir mão de suas políticas protecionistas; os problemas geográficos e deficiências de infra-estruturas, como meios de transporte, dificultaram também a integração. (BRAITE-POPLAWSKI, 1998: 7. On-line.).

Em substituição à ALALC, foi retomada, através do Tratado de Montevideu de 1980, a ALADI – Associação Latino-Americana de Integração –Esta associação, de iniciativa chilena, ocorreu com Allende na década de 70. Entretanto, não houve uma participação brasileira nesse processo. Este tratado definiu os diversos mecanismos através dos quais a ALADI promoveria a liberalização do comércio intra-regional, como a redução tarifária, o estabelecimento de margens de preferência e a eliminação das barreiras não-tarifárias.

Visto que tais mecanismos criados pela ALADI não foram suficientes para promover a integração econômica do continente, a partir da segunda metade da década de 80 o Brasil e a Argentina iniciaram negociações objetivando uma maior integração de suas economias. Para tanto, foi assinado o acordo bilateral de Integração e Cooperação Econômica entre Brasil e Argentina, em 1986, com o objetivo da integração progressiva entre setores de indústrias complementares. Além do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, em 1988, com a finalidade de eliminar gradualmente todas as barreiras, tarifárias ou não, para criar um ambiente favorável à formação de um espaço econômico comum nos dez anos seguintes.

O acordo mais importante firmado entre esses dois países, porém, foi o Acordo de Complementação Econômica no âmbito da ALADI, em 1990, que definiu as relações de comércio entre o Brasil e a Argentina no período transitório de 1991 a 1994. Esse acordo, que visava ampliar todos os esforços do Tratado de Montevideu para a criação do Mercado Comum, compreendia a liberalização tarifária geral até 1994; a criação de um cronograma em relação às tarifas e aos produtos inclusos nas listas de exceção; a coordenação de políticas macroeconômicas; a complementação setorial; a criação de

regras de origem; as possibilidades de negociação nos processos de salvaguardas. (LIMA, 1999. Loc. Cit. p. 246).

O primeiro papel brasileiro como protagonista ocorreu no chamado Grupo dos 11, onde juntamente com a Índia liderou o grupo das nações em desenvolvimento. O grupo vetou a criação das chamadas áreas novas no sistema multilateral: serviços, investimentos e propriedade intelectual. Resistindo por cinco anos, conseguiu impedir a conclusão da Rodada Uruguaí nos termos desejados pelos Estados Unidos e pela União Européia. Frustrados com “*o papel de eternos perdedores no jogo de cartas marcadas do regime multilateral*”, os países em desenvolvimento passaram a buscar nas iniciativas regionais de comércio a abertura para seus produtos que não conseguiam no âmbito do GATT/OMC, como foi o caso do Mercosul. Iniciou-se uma onda de pactos regionais de comércio, que cresceram cerca de 10 vezes no período compreendido entre 1990 a 2005. (GOYOS JR, 2005: 1-3).

A assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, criou o Mercosul–Mercado Comum do Cone Sul – firmado entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguaí. Estes dois últimos países “*foram motivados a entrar no Mercado Comum basicamente pelo receio de ficarem marginalizados dos benefícios que a integração Brasil-Argentina poderia oferecer a curto prazo*” (LIMA, Loc. Cit. p. 248).

Os pontos básicos do Tratado de Assunção visavam a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, através da eliminação das restrições não-tarifárias; o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC) e a adoção de uma política comercial comum em relação a outros países ou blocos; a coordenação de políticas macroeconômicas entre os países membros e o compromisso dos participantes de harmonizarem suas legislações para fortalecer a integração.

Em 1º de janeiro de 1995 a Tarifa Externa Comum do Mercosul passou a vigorar, adotando uma média de 14% de tarifas de impostos aplicáveis pelos países-membros aos produtos provenientes de países fora do bloco do Mercosul. Criou-se, então, uma base consistente e uniforme em relação ao comércio com terceiros, onde suas listas de exceções foram limitadas em 300 itens por país. (GOYOS JR, 2004a. Loc. Cit. p. 6).

2.3. O CONTEXTO ATUAL DO MERCOSUL

O Mercosul foi desenhado como um ambicioso projeto de integração e cooperação que ia muito mais além do que o simples aprofundamento das relações comerciais. Porém, com o tempo, se transformou em uma agenda restrita para o âmbito comercial.

Bernal-Meza afirma que o Mercosul, projeto de regionalização/integração de maior êxito na América Latina, é a primeira união aduaneira do continente. Entretanto, antes que um projeto comercial e econômico, o Mercosul é um projeto político, fato observado pelos antecedentes que dão início à sua história bem como à sua projeção futura. (BERNAL-MEZA, Op. Cit. p. 232).

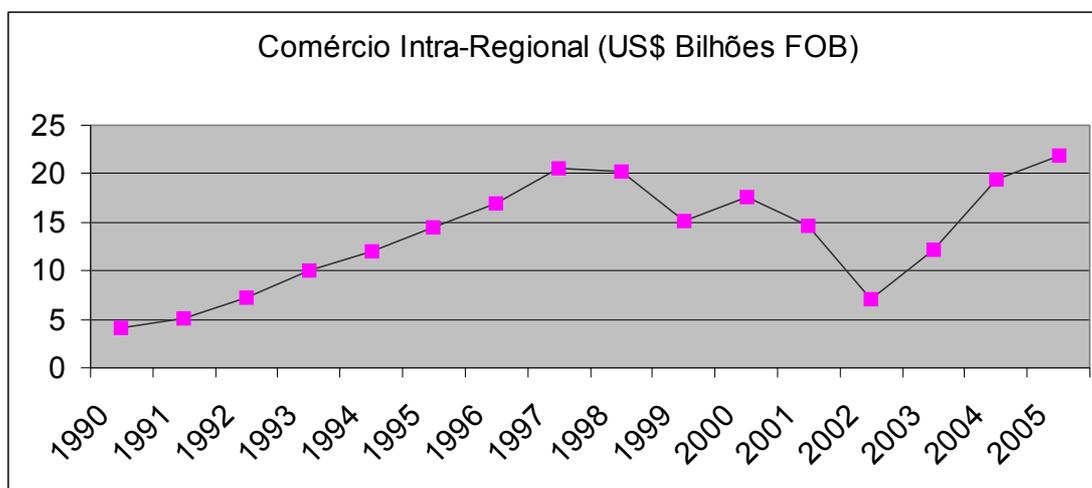
O comércio entre o Brasil e os demais membros do Mercosul, passou por momentos distintos durante a década de 1990, até 2005. No período de 1990-1999, o fluxo comercial do Brasil no mercado intra-regional alcançou 14% do total. (Tabela 1 e Gráfico 1).

Tabela 1
Evolução do comércio intra Mercosul
(1990 – 2005)

| Anos | Comércio Intra-Regional (US\$ Bilhões FOB) | Evolução/Involução anual (em %) |
|-------------|---|--|
| 1990 | 4,1 | - |
| 1991 | 5,1 | 24,39 |
| 1992 | 7,2 | 41,18 |
| 1993 | 10 | 38,89 |
| 1994 | 12 | 20,00 |
| 1995 | 14,4 | 20,00 |
| 1996 | 17 | 18,06 |
| 1997 | 20,5 | 20,59 |
| 1998 | 20,3 | -0,98 |
| 1999 | 15,1 | -25,62 |
| 2000 | 17,6 | 16,56 |
| 2001 | 14,7 | -19,72 |
| 2002 | 7,07 | -51,9 |
| 2003 | 12,2 | 72,56 |
| 2004 | 19,36 | 58,68 |
| 2005 | 21,83 | 12,75 |

Fonte : INDEC, SECEX e Banco Central do Uruguai. 20/05/2005, On-line.

Gráfico 1
Evolução do comércio intra Mercosul
(1990 a 2005)



Fonte : INDEC, SECEX e Banco Central do Uruguai. 20/05/2005, On-line.

A tabela e o gráfico acima comprovam que o Mercosul teve relativo sucesso no período de 1990-1999, onde as exportações intra-regionais cresceram 413%, passando de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 6,8 bilhões. As importações somaram US\$ 2,3 bilhões e US\$ 6,7 bilhões respectivamente, contribuindo para uma ampliação de 190% do intercâmbio inter-regional se comparado com o fluxo extra-regional, que registrou crescimento de 37% para as exportações e 132% para as importações, no mesmo período. Além disso, o comércio intra-regional passou de US\$ 4,1 bilhões para US\$ 15,1 bilhões, um aumento de 268% (Tabela 1). No período posterior, observou-se um grande declínio do comércio no Mercosul, sendo que em consequência da crise argentina, as relações comerciais reduziram 19,7 % e 51,9 % nos períodos de 2001 e 2002. O crescimento foi retomado nos anos seguintes, fechando 2005 em um patamar ligeiramente superior ao observado em 1999.

Estes dados mostram que os países do Mercosul tiveram um crescimento no comércio internacional desde 1990, tanto no aspecto intra-regional quanto no extra-regional. Deve-se salientar que o comércio intra-regional teria mostrado um

desempenho ainda mais relevante na década, não fossem os efeitos gerados pelas crises financeira e cambial iniciada em meados de 1997 em países da Ásia, como Coréia do Sul, Indonésia, Tailândia, Filipinas e Malásia e, posteriormente, em 1998, a Rússia, pois elas contribuíram para a desaceleração da economia e do comércio mundiais.

O Mercosul hoje é considerado, por muitos analistas, uma união aduaneira imperfeita, onde a totalidade dos bens, com algumas exceções, comercializadas livre de tarifas. Sobre a política comercial externa comum, pode-se considerar que o Mercosul está na metade do caminho, pois embora exista formalmente uma tarifa externa comum, ela tem uma série de perfurações que resultam na não aplicação da mesma tarifa para um produto similar de mesma origem. O Mercosul tampouco tem um código aduaneiro comum, sendo preciso não só elencar os bens com uma mesma tarifa mas, além disso, aplicar os mesmos procedimentos aduaneiros similares, a fim de evitar que os bens sejam valorados de maneira distinta quando entram na alfândega, levando a um impacto diferente para cada país.

Para Goyos Jr. (2004b Loc. Cit. p. 1), não se pode comparar um acordo aduaneiro regional entre países em desenvolvimento, de economia assimétrica como o Mercosul, com os pactos de comércio celebrados por países desenvolvidos, porque os países em desenvolvimento ainda estão em processo de maturação de suas instituições políticas e econômicas e sofrem frequentemente abalos, raros ou incomuns aos países desenvolvidos. Na mesma linha de raciocínio, Rapoport (2001. Loc Cit. p. 170) afirma que o Mercosul ainda está longe da realidade européia, pois carece de instituições estáveis e de mecanismos políticos eficientes. Por outro lado, a coordenação das políticas macroeconômicas e comerciais até as políticas exteriores, podem comprometer a soberania de cada um dos Estados participantes.

Para a busca de instituições estáveis no Mercosul, como citado por Rapoport, Bernal Meza (Op. Cit. p. 295) argumenta que o primeiro instrumento para se avançar em uma análise política e institucional do Mercosul é o seu próprio tratado de sua constituição. Entretanto a análise é dificultada pela existência de um extremo caráter fraco nas poucas normas existentes, claramente insuficientes para regular um mecanismo tão complexo como é a constituição de um mercado comum.

Quanto à institucionalização supra-nacional, o autor destaca que para garantir a continuidade do processo de integração, deveria-se focar quatro etapas (Idem. Idem: 298-9):

1. Constituir um tribunal comunitário, cumprindo o espírito do protocolo de Ouro Preto, baseando-se na experiência da União Européia no que diz respeito à criação do Tribunal de Luxemburgo, que permitiu o desmantelamento de diversas barreiras não-tarifárias que existiam mesmo após a criação da união aduaneira.
2. Privilegiar a participação da sociedade civil dos estados membros, gerando laços que ultrapassem as fronteiras físicas entre os partidos políticos, contribuindo para impulsionar as interações entre os setores e sistemas locais com os regionais.
3. Criar um Parlamento Comunitário, consequência da participação da sociedade civil.
4. Ampliar o Parlamento Comunitário, através de uma Comissão Parlamentar, semente do Parlamento do Mercosul.

2.3.1. O BRASIL NO CONTEXTO DO MERCOSUL

O Mercosul sempre foi muito importante para o Brasil, podendo-se afirmar que o seu grau de importância é maior do que o observado em relação aos outros membros do bloco. O que pode ser ilustrado, por exemplo, com as constantes negociações argentinas junto aos Estados Unidos no período Menem, e seu posicionamento a respeito da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Antes dos atentados de 11 de setembro, quando o ideal da ALCA ainda possuía força, a Argentina possuía o posicionamento de que a ALCA deveria absorver o Mercosul, e que o mesmo não teria mais sentido ou validade após a assinatura deste acordo.

A importância do Mercosul para a economia brasileira pode ser demonstrada com a comparação dos fluxos de comércio Brasil-Mercosul em relação aos intercâmbios comerciais do Brasil com outros blocos regionais. Os países do bloco detêm a terceira posição como parceiro comercial do Brasil, mesmo tendo o percentual de participação nas exportações brasileiras tendo caído de 17,22% para 9,91% entre os anos de 1997 e 2005 (Tabela 2).

Tabela 2
Exportações totais brasileiras e exportações brasileiras para o Mercosul.
(1997-2005)

| Anos | Totais (em US\$ bilhões FOB) | Para o Mercosul (em US\$ bilhões FOB) | Para o Mercosul (em %) |
|-------------|-------------------------------------|--|-------------------------------|
| 1997 | 52,9 | 9 | 17,01 |
| 1998 | 51,1 | 8,8 | 17,22 |
| 1999 | 48 | 6,7 | 13,96 |
| 2000 | 55 | 7,7 | 14 |
| 2001 | 58,2 | 6,3 | 10,82 |
| 2002 | 60,4 | 3,3 | 5,48 |
| 2003 | 73,1 | 5,6 | 7,7 |
| 2004 | 96,5 | 8,9 | 9,2 |
| 2005 | 118,3 | 11,7 | 9,91 |

Fonte : MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. 03/02/2006, On-line.

Tabela 3
Importações totais brasileiras e importações brasileiras do Mercosul.
(1997-2005)

| Anos | Totais (em US\$ bilhões FOB) | Para o Mercosul (em US\$ bilhões FOB) | Para o Mercosul (em %) |
|-------------|-------------------------------------|--|-------------------------------|
| 1997 | 59,7 | 9,4 | 15,75 |
| 1998 | 57,7 | 9,4 | 16,29 |
| 1999 | 49,2 | 6,7 | 13,62 |
| 2000 | 55,7 | 7,7 | 13,86 |
| 2001 | 55,5 | 7 | 12,61 |
| 2002 | 47,2 | 5,6 | 11,8 |
| 2003 | 48,3 | 5,7 | 12,46 |
| 2004 | 62,8 | 6,4 | 10,18 |
| 2005 | 73,5 | 7,1 | 9,59 |

Fonte : MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. 03/02/2006, on-line

As importações vindas dos parceiros do Mercosul respondem por aproximadamente 9,5% das importações do Brasil. O que se pode afirmar, através destes dados, é que o comércio brasileiro cresceu muito, enquanto o comércio com o bloco manteve-se constante.

2.3.2. RELAÇÕES BRASIL–ARGENTINA.

Brasil e a Argentina sendo as duas maiores economias da América do Sul, o histórico das relações entre estes dois países confunde-se com o histórico da integração sul-americana. Amado Cervo (1999: 13) destaca que mesmo quando conduzida pelo paradigma do nacional-desenvolvimentismo, a política exterior brasileira nunca se abateu com o funcionamento adverso da ordem internacional e com a constatação de que o esforço de integração dos países latino-americanos não produzia resultados mais concretos, conduzindo o país na busca por melhores resultados.

Já Moniz-Bandeira (2003: 85) realiza uma bem articulada análise histórica: defende que a Argentina se beneficiou dos investimentos britânicos nos anos de 1860, abrindo, assim, uma era de prosperidade, enquanto o Brasil, em seu ciclo cafeeiro, mantinha o atraso econômico e aprofundava sua dependência frente aos EUA. O Brasil, entretanto, possuía maiores recursos que a Argentina, ao se lançar no projeto de modernização nacional. Ou seja, amplitude territorial e disponibilidade de recursos naturais que garantiram a sua expansão urbana.

Este projeto desenvolvimentista "domou" a relação com os EUA, alcançando em 1970 uma notável autonomia decisória. Esses fatos, aliado à instabilidade política e à descontinuidade do projeto de desenvolvimento argentino, levaram o Brasil a ultrapassar a economia argentina, tornando-se a principal economia da América do Sul.

É, neste contexto, que os presidentes da Argentina, Raúl Alfonsín, e do Brasil, José Sarney, aproveitando-se do bom entendimento nas relações bilaterais entre os dois países, desencadearam, em meados dos anos oitenta, a integração regional. Esse contexto representou o marco inicial de um processo de negociação bilateral, voltado para a elevação dos níveis de intercâmbio entre Brasil e Argentina. Ambos países buscaram elevar substancialmente o volume de comércio e iniciar uma afetiva cooperação econômica, além de desenvolver conjuntamente tecnologias em setores estratégicos da economia.

Esse processo é visto, por muitos autores, como uma saída para o impasse do multilateralismo e das tentativas anteriores de integração. Com o objetivo de reverter o sistema de proteção discriminatório e a restrição às importações, fatores que sustentavam o modelo de industrialização destes dois países, iniciou-se uma nova fase nas relações comerciais entre Brasil e Argentina, a partir de 1986, com a assinatura da Ata para a Integração Brasileira - Argentina.

Segundo Cervo, a ata, de caráter cauteloso e firme, previa crescimento econômico para ambos países, um comércio dinâmico e equilibrado, ampla cooperação cultural, científica e tecnológica, gradualismo e flexibilidade dos mecanismos para a adaptação do sistema produtivo, preferência aos produtores industriais e agrícolas da região, realismo das propostas para evitar letra-morta dos atos, aperfeiçoamento da infra-estrutura física requerida pela integração, criação da função reguladora e jurídica do Estado, conjugada com a função dinâmica do empresariado e integração empresarial, com base no mercado ampliado. (CERVO. Loc. Cit. p. 20).

Como se pode observar, no contexto atual, os pontos dispostos nesta ata estão longe de serem cumpridos, em especial os tópicos que dizem respeito à cooperação entre as partes. Apesar da assinatura desta ata, no entanto, ainda não havia pressa, por parte dos governos, no maior estreitamento desse relacionamento, conforme assinala Marques (1994:11). As diretrizes definidas para elevação do nível de intercâmbio entre Brasil e Argentina, através da posterior assinatura de diversos protocolos bilaterais, estabeleciam um gradualismo no aprofundamento das relações. Ou seja, as metas foram estabelecidas sem definição de prazos-limite para seu cumprimento.

A Ata para a Integração Brasileira–Argentina, juntamente com os 12 protocolos firmados a 29 de julho de 1986, definiram a filosofia da nova integração. O processo teve três diretrizes básicas: o enquadramento com o pensamento nacional-desenvolvimentista, que havia animado as políticas exteriores entre os dois países, nas últimas décadas; a evolução gradual e flexível das relações, com atos e mecanismos a serem extraídos, de forma seletiva, de um conjunto de decisões estratégicas que comporiam o permanente processo negociador; a expansão em leque pela América Latina, desde o eixo original Brasil-Argentina. (CERVO, Loc. Cit. p. 21).

O cenário internacional do início dos anos 90, porém, incumbiu-se de trazer aos dois países um certo senso de urgência. O aprofundamento da integração européia e as

discussões para a formação de uma área de livre comércio na América do Norte, reforçaram a crença das vantagens da integração econômica entre países e produziram resultados importantes no âmbito regional, pois fez com que Brasil e Argentina adotassem uma postura mais agressiva, visando alcançar maior integração.

Com a assinatura do Acordo de Complementação Econômica (ACE), em 1990, Brasil e Argentina inauguraram uma nova fase nas relações bilaterais. Os mecanismos adotados no ACE formaram a base para um espaço econômico comum no continente, o Mercosul. No dizer do diplomata Rubens Barbosa, *“o acordo Brasil-Argentina foi, assim, o elemento galvanizador e promotor de integração sub-regional e, a partir dele, da aceleração dos entendimentos visando a integração do espaço sul-americano”* (BARBOSA, 1991: 114).

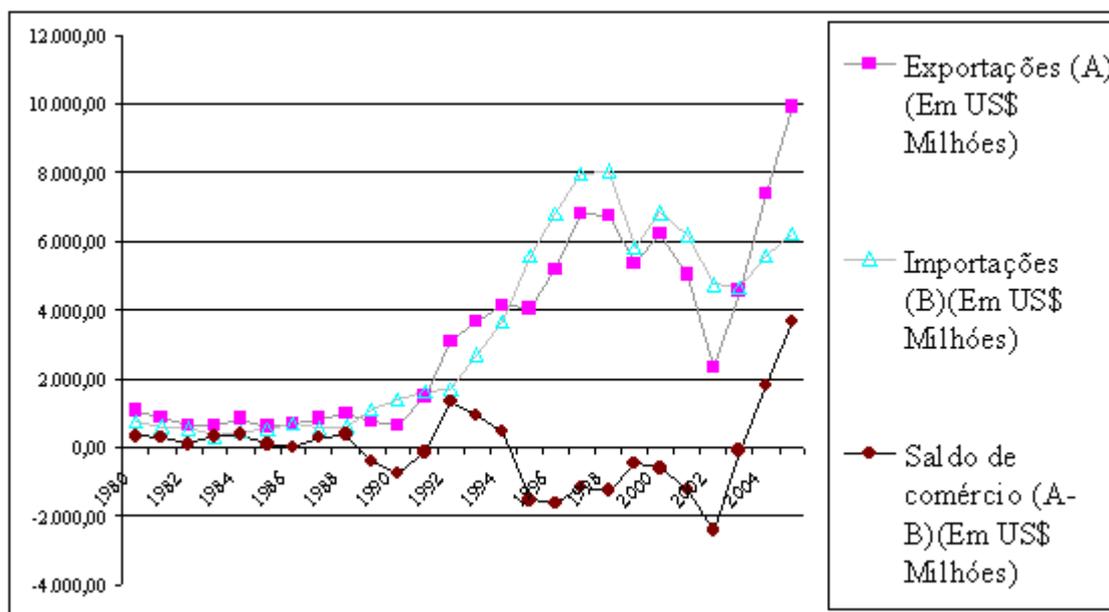
Os resultados da integração regional foram satisfatórios. O comércio entre Brasil e Argentina, que sofria seguidos declínios nos primeiros anos da década de 80 e vinha tendo acréscimos de apenas 16% em média, nos anos de 1987 e 1988 cresceu 157% entre 1989 e 1992. (Tabela 4).

Tabela 4
Brasil – Comércio bilateral com a Argentina
(1980-2005)

| Anos | Exportações (A) (Em US\$ Milhões) | Variação (%) | Importações (B)(Em US\$ Milhões) | Variação (%) | Saldo de comércio (A- B)(Em US\$ Milhões) |
|-------------|--|-------------------------|---|-------------------------|--|
| 1980 | 1.091,50 | - | 765 | - | 326,50 |
| 1981 | 880,2 | -19,36 | 595,1 | -22,21 | 285,10 |
| 1982 | 666,4 | -24,29 | 567,7 | -4,6 | 98,70 |
| 1983 | 654,6 | -1,77 | 338,3 | -40,41 | 316,30 |
| 1984 | 853,1 | 30,32 | 478,2 | 41,35 | 374,90 |
| 1985 | 611,6 | -28,31 | 496 | 3,72 | 115,60 |
| 1986 | 690,2 | 12,85 | 698 | 40,73 | -7,80 |
| 1987 | 819,3 | 18,7 | 539 | -22,78 | 280,30 |
| 1988 | 971,4 | 18,56 | 608 | 12,8 | 363,40 |
| 1989 | 721,3 | -25,75 | 1.124,40 | 84,93 | -403,10 |
| 1990 | 645,1 | -10,56 | 1.399,70 | 24,48 | -754,60 |
| 1991 | 1.476,20 | 128,83 | 1.614,70 | 15,36 | -138,50 |
| 1992 | 3.064,10 | 107,57 | 1.693,40 | 4,87 | 1.370,70 |
| 1993 | 3.658,70 | 19,41 | 2.717,27 | 60,46 | 941,43 |
| 1994 | 4.135,86 | 13,04 | 3.661,97 | 34,77 | 473,89 |
| 1995 | 4.041,14 | -2,29 | 5.591,39 | 52,69 | -1.550,25 |
| 1996 | 5.170,03 | 27,93 | 6.805,47 | 21,71 | -1.635,44 |
| 1997 | 6.769,40 | 30,94 | 7.941,28 | 16,69 | -1.171,88 |
| 1998 | 6.748,20 | -0,31 | 8.023,47 | 1,03 | -1.275,27 |
| 1999 | 5.363,95 | -20,51 | 5.812,38 | -27,56 | -448,43 |
| 2000 | 6.232,75 | 16,2 | 6.842,42 | 17,72 | -609,67 |
| 2001 | 5.002,49 | -19,74 | 6.206,18 | -9,3 | -1.203,69 |
| 2002 | 2.341,87 | -53,19 | 4.743,28 | -23,57 | -2.401,41 |
| 2003 | 4.561,15 | 94,77 | 4.672,18 | -1,5 | -111,03 |
| 2004 | 7.373,22 | 61,65 | 5.569,79 | 19,21 | 1.803,43 |
| 2005 | 9.915,42 | 34,48 | 6.238,92 | 12,02 | 3.676,50 |

Fonte : MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior . 2006, On-line.

Brasil e o Comércio bilateral com a Argentina (1980-2004)



Fonte : MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior . 2006, On-line.

As estatísticas de comércio bilateral entre Brasil e Argentina mostram com a implementação do Mercosul um significativo aumento nas transações entre os dois países. Nos anos de 1990 a 1999, o crescimento das vendas externas brasileiras para a Argentina chegou a 732% (passando de US\$ 645 milhões para US\$ 5,4 bilhões). As importações brasileiras, vindas da Argentina, também se expandiram, passando de US\$ 1,4 bilhão para US\$ 5,8 bilhões, correspondendo a um aumento de 315%. A Argentina, que se colocava entre os dez maiores mercados compradores/fornecedores do Brasil, passou a ocupar o segundo lugar no ranking de exportação e importação. O grau de participação do intercâmbio comercial do Brasil com a Argentina, por sua vez, elevou-se de 4%, em 1990, para 12%, em 1999. Com o advento do Mercosul, iniciou-se uma maior troca entre os dois países, chegando a US\$ 14,7 bilhões em 1998, último ano antes da crise brasileira e das mudanças econômicas provocadas pela desvalorização do Real e que atingiu ambos os países. Na década seguinte, considerando os anos de 2000 e 2001, o intercâmbio comercial do Brasil com a Argentina passou a decrescer. As exportações brasileiras para a Argentina caíram 19,74%, passando de US\$ 6,2 bilhões (2000) para US\$ 5,0 bilhões (2001). Por sua vez, as importações brasileiras vindas da Argentina também se retraíram, de US\$ 6,8 bilhões para 6,2 bilhões, no mesmo período,

correspondendo a uma queda de 9,27%. Apesar disso, a Argentina continuou em segundo lugar no ranking das exportações e das importações do Brasil.

Com a conversibilidade do Peso argentino a partir de 1995, a Argentina passou a ter um saldo positivo no comércio com o Brasil, o que pode ser observado ao compararmos os anos de 1994 e 1995. Antes da conversibilidade o saldo do comércio Brasil-Argentina era favorável ao Brasil em quase US\$ 747 milhões, e após o início da conversibilidade a situação passou a ser favorável à Argentina em US\$ 1,55 bilhões. A partir da crise argentina e o fim da conversibilidade, o Brasil voltou a ser superavitário nesta relação de comércio em pouco mais de US\$ 1,8 bilhões em 2004.

Com a crise argentina de 2001-2002, houve uma retração no comércio bilateral, em especial no setor exportador brasileiro, que experimentou perdas da ordem de 50% em um ano. Fato este parcialmente superado, com a recuperação do setor exportador brasileiro frente ao mercado argentino. Segundo Rubens Barbosa:

"O esquema do Mercosul, diante das assimetrias excessivas, mesmo entre os dois principais países, na inexistência de políticas econômicas comuns e das tensões políticas causadas pelos dois outros parceiros muito menores, livre cambistas e importadores, levaria a manutenção da política comercial brasileira e argentina à crise interna do Mercosul e a tentativas de resolvê-las através da radicalização do Mercosul em termos de liberalização comercial. (Idem, Idem: 18).

O autor destaca o perigo de que o aumento crescente das constantes assimetrias no Mercosul são uma barreira ao desenvolvimento do bloco e que, se não ocorrer alguma alteração nas políticas econômicas do Brasil e da Argentina, o Mercosul poderá vir a entrar em colapso.

Como vemos, Brasil e Argentina possuem um histórico de comércio muito inconstante, onde medidas econômicas internas tomadas por um dos países afetam, em muito, o outro país. Principalmente em relação a suas trocas comerciais como observado, por exemplo, na adoção da conversibilidade pela Argentina.

CAPÍTULO TERCEIRO

A INSTABILIDADE ECONÔMICA E A MOEDA COMUM

3.10 IMPACTO DAS MUDANÇAS CAMBIAIS NO MERCOSUL

Como verificado anteriormente, as relações comerciais do Mercosul, desde 1995 até o início de 1999, foram auxiliadas por uma relativa equivalência cambial, principalmente entre seus dois maiores membros, Brasil e Argentina. A cotação da moeda de ambos países permaneceu "fixada" em patamares próximos à relação de 1 dólar para 1 Real e Peso argentino (INTAL, 2006. On-line). Entretanto a desvalorização do Real nesta época gerou um desequilíbrio nas relações comerciais bilaterais entre ambos países: os exportadores brasileiros adquiriram uma vantagem comparativa, pelo fato do dólar recebido pelas exportações ter praticamente dobrado sua paridade anterior.

Os danos à economia argentina, a partir da desvalorização do Real, foram significativos. A ocorrência de aumento na oferta dos produtos brasileiros no mercado argentino causou conseqüências à economia argentina. Houve uma retração na produção argentina outrora crescente, pois os produtos brasileiros tornaram-se mais baratos do que os argentinos e ocorreram perdas consideráveis na balança comercial Argentina, devido, em parte, ao aumento dos preços dos produtos destinados ao mercado brasileiro, fato este explicado pela perda de competitividade dos produtos argentinos no mercado brasileiro. Por seu lado, em 2002, a crise argentina, provocou o fechamento ao comércio internacional e a desvalorização monetária freou as exportações brasileiras, causando prejuízos aos setores exportadores do Brasil, que tinham naquele país um dos principais parceiros comerciais para vazão à sua produção.

Entretanto a desvalorização do Real, em 1999, distingue-se da ocorrida com o Peso argentino no que diz respeito ao tempo de reação de seu Banco Central. Como indica Carlos Eduardo Carvalho:

“No caso brasileiro [...], a insistência do BC na política cambial ampliou muito os custos da desvalorização, garantiu o patrimônio dos investidores externos, que puderam retirar seus recursos com dólares vendidos pelo BC, gerou lucros fantásticos para os bancos e grandes empresas que compraram títulos públicos indexados à correção cambial. O brutal aumento da dívida pública daí resultante transformou-se em forte constrangimento para a política econômica desde então. É verdade que o custo de uma crise financeira grave teria sido enorme, como na Argentina, mas o salto espetacular da dívida pública e a exigência de superávits primários para pagar seus juros é um entrave enorme à retomada do crescimento, como está hoje evidente.” (CARVALHO, 2004. Loc. Cit. p. 12)

A diferença nas crises brasileira e argentina está no fato de que, na tentativa de frear a crise, o governo brasileiro “queimou” as reservas cambiais através da emissão de títulos públicos corrigidos pela variação do dólar, causando maior aumento da dívida pública. Este cenário proporciona efeitos sentidos até hoje, pois a retomada do crescimento brasileiro após a crise esta sendo dificultada pela exigência de superávits primários e de grande aperto fiscal exigido como condição para o pagamento dos juros da dívida criada. De forma contrária a Argentina, que também possui uma grande dívida pública, não sofreu um grande aumento desta, graças à crise de 2002. Assim, atualmente cresce a patamares muito superiores aos brasileiros, como veremos mais adiante.

Seguindo a teoria liberal, na concepção de Bruno Ratti (2000: 64), moeda é um bem instrumental com a finalidade de facilitar as trocas e permitir a medida ou a comparação de valores. ‘Câmbio’ é a troca de moedas de diferentes países, através do estabelecimento de uma relação de equivalência entre elas, que nada mais é do que o preço de uma moeda em termos de outra, e que define, assim, a taxa cambial.

Para o autor, as transações comerciais, realizadas dentro do próprio país, são facilmente liquidadas em moeda nacional, pois não há problema entre as partes na aceitação ou não da moeda nacional em circulação. Problemas ocorrem apenas quando o comércio é realizado entre partes de diferentes nacionalidades, pois uma parte não pode impor à outra a aceitação de sua moeda nacional como pagamento por uma transação ou serviço prestado. Nesse contexto, o papel do câmbio de um país é essencial para o desenvolvimento do comércio internacional, possibilitando que os acordos sejam firmados em uma moeda única.

Como o valor da moeda, utilizada nas transações comerciais, está sujeito a valorizações ou desvalorizações na sua taxa de câmbio, ele pode aumentar ou diminuir o lucro de uma das partes envolvidas. Se ocorrer uma desvalorização da moeda nacional no país exportador, isso implicará em uma diminuição do valor da moeda nacional em relação à moeda estrangeira, ou seja, se o exportador esperava obter um determinado ganho com a transação, sua remuneração em moeda nacional será ainda maior, porque mesmo no país onde houve a desvalorização, a dívida de um importador em moeda estrangeira se torna maior. (RATTI. Loc. Cit. p. 68).

Verifica-se, então, que uma desvalorização da moeda nacional ou valorização da taxa de câmbio trazem impactos positivos sobre o nível de exportação e negativos sobre as importações de um país. Logo, uma valorização na moeda nacional favorecerá as importações e prejudicará as exportações deste mesmo país.

Como vimos anteriormente, Mundel (1961: 26) foi o pioneiro na defesa da criação de Áreas Monetárias Ótimas, visando o aumento da eficácia dos regimes cambiais pois, ao flexibilizar as taxas de câmbio, poder-se-ia obter um maior ganho nos ajustes dos desequilíbrios internos e externos, mantendo-se uma moeda geográfica comum. De acordo com o exposto, o regime cambial, em um bloco econômico, principalmente no estágio de uma união aduaneira, mesmo que incompleta, é fundamental para o sucesso do bloco.

Esta linha de raciocínio pode ser observada ao se analisar o comportamento dos quatro sócios do Mercosul, pois cada um de seus países, têm tido, em maior ou menor grau, tendência em adotar políticas autônomas, como mudanças dos regimes cambial e monetário, e em alterar a política fiscal e as regras de comércio exterior, sem se preocupar com o efeito dessas medidas sobre os seus vizinhos. A desvalorização do Real no Brasil, em 1999, é um grande exemplo do problema da falta de institucionalidade do processo de integração. Devido à conversibilidade adotada pela moeda brasileira, algumas autoridades argentinas chegaram a analisar a conveniência de retaliar o país com um possível acordo monetário com os Estados Unidos, para dolarizar sua economia. (GIAMBIAGI & RUBINI, 2003: 25-7).

3.2. A COORDENAÇÃO MACROECONOMICA E A MOEDA COMUM PARA EVITAR INSTABILIDADE ECONÔMICA.

Esta análise sobre os impactos que as alterações cambiais causaram nos principais parceiros do Mercosul, permite realizar uma melhor abordagem referente aos ganhos de estabilidade econômica provocados pelas medidas macroeconômicas unilaterais adotadas.

Segundo ensina Goyos Jr. (1999. Loc Cit. p. 1), os projetos de integração econômica regional, dentre os quais se inclui o Mercosul, somente poderão atingir sucesso, a longo prazo, com o livre fluxo de moedas, pois os regimes de controle cambial possuem tendência a gerar distorções, que levarão ao comprometimento de todo e qualquer bloco comercial.

Esta argumentação acompanha as idéias anteriores, pois devido a alterações nos regimes cambiais o Mercosul sofreu conseqüências que colocaram em dúvida a continuidade do processo de integração, inclusive cogitando-se na possibilidade de uma retaliação argentina em realizar acordo monetário com os Estados Unidos.

A vulnerabilidade da economia argentina a uma mudança substancial da política cambial brasileira, como a ocorrida em 1999, com a desvalorização do Real, ocorreu devido ao *“necessário corolário da perda de competitividade dos produtos argentinos no mercado brasileiro.”* Esta situação foi agravada pelo fato de que uma desvalorização cambial na Argentina é ser um procedimento administrativo, mas dependente de uma legislação específica . (Ibidem, Ibidem: 1). Se à época existissem mecanismos preventivos de coordenação macroeconômica, indica Goyos Jr., o resultado da desvalorização do Real, em 1999, teria sido diferente no que diz respeito à perda de competitividade dos produtos argentinos no mercado brasileiro.

Lins (2003: 15) defende a coordenação macroeconômica regional como instrumento de estabilidade, pois a perda de autonomia é compensada quando ocorrem situações de elevada vulnerabilidade externa, muitas vezes retirando dos países parte de sua capacidade de ação sobre o conjunto dos instrumentos de política macroeconômica, o que pode implicar na obrigatoriedade de se ter de adotar políticas bem mais drásticas no momento das crises.

Também, na área dos regimes cambiais, Lins destaca que:

“as vulnerabilidades financeiras evidenciadas pelo desempenho dos mercados na América Latina nos últimos anos levam à conclusão de que estes países estariam provavelmente bem menos expostos às turbulências financeiras se optassem por algum esquema de coordenação macroeconômica, em especial no âmbito da escolha de um regime de cambio.” (LINS. Loc. Cit. p. 15).

O argumento da autora pode ser ilustrado pelo último acordo firmado no âmbito do Mercosul, no início de fevereiro de 2006, que criou o chamado Mecanismo de Adaptação Competitiva. Este mecanismo prevê sua utilização no caso em que o setor, que reclame a proteção comprove que as importações do país vizinho causam dano à sua produção. O que implicaria na imposição de cotas para a exportação do produto afetado, permitindo a expansão do comércio de maneira mais ordenada.

Sobre a convergência macroeconômica, Laghi, (2004: 169. On-line) propõe que a união monetária no Mercosul deve ser baseada em um convencimento de que a forte coordenação das políticas macroeconômicas é o caminho mais indicado para se promover a integração regional numa era de livre circulação de capitais. O autor afirma estar consciente que o estabelecimento de uma união monetária, no Mercosul, é um processo difícil, tanto pela complexidade técnica como pela falta de decisão política, requerida pelas autoridades dos países envolvidos. Deve-se, também, levar em conta, que a coordenação macroeconômica é um elemento chave para que se atinja o objetivo da unificação monetária e que esta somente será possível, se houver um convencimento político de que os custos das possíveis assimetrias, causadas por esse processo, serão cobertas pelos benefícios de uma união monetária.

Entretanto, acredito haver evidências de que o bloco está preparado para iniciar uma convergência macroeconômica, mesmo constatando um pequeno aumento das semelhanças entre as performances das diversas economias do Mercosul, pois este ainda é um elemento importante que contribui para a idéia de unificar as moedas destes países. Giambiagi (1999: 18-20) destaca dois elementos importantes a serem considerados: primeiro, a desvalorização do real e do peso, pois grandes mudanças nas paridades reais, entre as moedas de uma área de livre comércio, influenciam no bom andamento da competição comercial; segundo, a queda da inflação na região. Não se pode pensar em unificação monetária sem que as taxas de inflação dos diferentes países

da região sejam similares entre si e, de preferência, próximas aos níveis de inflação dos países industrializados.

Ainda, em defesa da necessidade de convergência macroeconômica, Bernal-Meza (2000), afirma que, segundo alguns estudos existentes, os diferentes níveis de concentração entre os países-membros e o esquema de integração no processo servem para consensuar certas estratégias. O autor afirma que a coordenação e a harmonização são de grande complexidade, pois a coordenação somente pode ocorrer baseada na eleição de metas e objetivos mutuamente conscientes e a conseqüente seleção e magnitude dos instrumentos de política econômica. Afirma: *"a coordenação da economia multilateral requer que as políticas nacionais sejam aplicadas com um apropriado reconhecimento das políticas e das metas dos sócios restantes"*. (Bernal-Meza. Op. Cit. p. 257). A harmonização, segundo o autor, consiste no conjunto de regras com finalidade de diminuir a margem de decisões discrepantes frente aos demais sócios, buscando alcançar uma uniformidade na estrutura econômica, em especial nas áreas institucionais e no ambiente econômico de longo prazo.

Contudo, Goyos Jr. (Ibidem: 2) destaca a existência de grandes obstáculos políticos no Brasil para a adoção de uma moeda comum, oriundos da complexidade étnica, geográfica, social, econômica e cultural do país, além do fato de que existe um inadequado estado de modernização de nossas instituições legais, comparadas a referenciais estrangeiros.

Estes obstáculos políticos, que influenciam o processo de coordenação macroeconômica, segundo Alexandre Jacobo (2004: 112. On-line), são custos da perda de soberania dos países implicados no acordo, bem como das prioridades eleitorais, dos compromissos do setor privado, visto que a situação política de cada país é diferente.

Assim, a vontade política no executivo dos governos dos países-membros do Mercosul é condição fundamental para que ocorra a coordenação macroeconômica, a fim de que se possa consistentemente se adquirir ganhos, oriundos de uma maior estabilidade econômica.

CAPITULO QUARTO

A VANTAGENS E DESVANTAGENS DA ADOÇÃO DA MOEDA ÚNICA NO MERCOSUL

4.1 BENEFÍCIOS DA UNIFICAÇÃO MONETÁRIA

Após a análise efetuada no capítulo anterior, assinalando os ganhos de estabilidade econômica com a coordenação de políticas macroeconômicas e posterior adoção de moeda única, faz-se necessário uma explanação dos outros benefícios oriundos de uma unificação monetária no âmbito do Mercosul.

A experiência da União Européia apresentou visíveis ganhos aos países membros do bloco, no que diz respeito à uniformização de regras para as atividades financeiras e segurança das autoridades monetárias nacionais. Isto graças à existência de um banco emprestador de última instância supranacional, que é capaz de equilibrar as necessidades de liquidez nos diversos mercados. (LINS, Loc. Cit. p. 15).

O avanço do comércio na América Latina, aliado a um “efeito de contágio” associado às crises internacionais, parecem levar a região a uma percepção de que a previsibilidade de mudanças macroeconômicas faz-se necessária à economia do continente, gerando benefícios conjuntos, derivados de ajustes econômicos que permitam os países manterem um comportamento ordenado. (HEYMANN & NAVAJAS, 1998: 19).

Ao tratar das vantagens de uma união monetária, Mundell (1973: 14), como apontado anteriormente, elenca os seguintes benefícios desta união monetária: inflação mais baixa custos de transações; manutenção da paridade do poder de compra entre os países membros; redução da incerteza cambial; ocorrência de distribuição dos efeitos de choques externos; intensificação da integração regional; aumento do poder político-

econômico e estratégico da região; ocorrência de efeito disciplinador nas políticas monetárias e fiscais domésticas.

Segundo Giambiagi (1998:6), a adoção de moeda única representou uma economia de 15 bilhões de Euros para os países-membros. Os ganhos obtidos com a eliminação da inflação seriam oriundos da adoção de mecanismos de controle inflacionário por parte da autoridade monetária do bloco, pois, a adoção de uma moeda única obrigou a criação de um banco central único e independente, que não colocaria em risco o controle inflacionário para controle dos choques econômicos.

Quanto à redução dos custos de transação, afirma que os custos de transação no interior da região desapareceriam, favorecendo, entre outros, o comércio regional e o desenvolvimento do turismo. (GIAMBIAGI, 1997: 15).

No caso europeu, afirma, estima-se que a eliminação de custos de transação represente uma economia da ordem de 0,4% do PIB do conjunto dos países beneficiados, devido ao desaparecimento das comissões de intermediação do sistema financeiro. (GIAMBIAGI, Loc. Cit. p. 16).

Giambiagi procura demonstrar que a redução dos custos de transações diz respeito às taxas e comissões pagas para a troca de moedas de diferentes países e para a realização de operações de *hedge* cambial. A consequência de menores custos de transação é uma maior eficiência produtiva. Quanto mais integrados comercialmente estiverem os países envolvidos no processo de união monetária, maior será este benefício. Em outras palavras, quanto menor e mais aberto for o país, maiores serão as reduções dos custos de transações. (Ibidem. Ibidem. p. 19).

A paridade do poder de compra entre os participantes de uma zona monetária assim será mantida, e não haverá consequências devido à alterações na taxa cambial de um país em diferentes proporções em relação ao outro, reduzindo, a incerteza cambial. Por outro lado, a intensificação do comércio ocorrerá devido à estabilidade cambial, pois uma liberdade de movimentação de capitais no Mercosul levaria a uma alocação de recursos mais eficiente, graças à redução dos controles de movimentação de capitais.

Corroboram com esta linha de pensamento os argumentos de Castro e Souza (2004: 76. On-line), pois, além da redução dos custos de transação, associados tanto ao *spread* cambial quanto ao *hedge* em operações no mercado futuro, os autores acreditam

que a união monetária trará um aumento de credibilidade à política monetária dos países do Mercosul.

Já, segundo Ferrari Filho & Paula (2002: 14), os benefícios econômicos de uma união monetária, fruto de uma maior eficiência microeconômica, seriam, além da redução dos custos de transação, redução da inflação e estímulo à integração regional, citados por Mundell, a existência de taxas alfandegárias harmonizadas e a remoção das barreiras sobre mobilidade dos fatores de produção. Ferrari Filho & Paula acreditam que, assim, os preços dos produtos da economia se alinharão com os preços internacionais (lei do preço único).

4.2 OS CUSTOS DA UNIFICAÇÃO MONETÁRIA

Apesar dos benefícios apresentado, oriundos de uma união monetária que beneficiaria os países do Mercosul, deve-se destacar que a criação de uma moeda única também poderá trazer custos aos países envolvidos neste acordo.

Giambiagi (1997. Loc. Cit. p. 9-11) destaca seis pontos críticos para a criação de uma moeda única, baseando-se na experiência européia: a questão da soberania; a definição da taxa de câmbio no momento da unificação monetária; as dificuldades de coordenação entre um grupo numeroso de países; os sacrifícios sociais associados às metas macroeconômicas; as dúvidas acerca da flexibilização da legislação trabalhista; a problemática da reputação do acordo, vinculada ao grau de flexibilidade das metas de convergência econômica.

A criação de uma moeda única diminui a capacidade de ação dos governos, afetando, assim, a soberania nacional, pois os países perdem a possibilidade de usar a política cambial como instrumento de ajuste externo, além de limitar a possibilidade de incorrer em políticas expansionistas, geradoras de déficits e/ou inflação. A perda da soberania representa uma renúncia ao uso de instrumentos de política econômica.

Entretanto, segundo Giambiagi (1998. Loc Cit. p. 22), o que não é levado em consideração é que esta perda é muito menos grave, em caso de unificação, do que

quando a medida é tomada por um país isoladamente, pela definição de uma independência do Banco Central.

Para ilustrar estas perdas, pode-se supor que no caso de uma recessão haverá dificuldade na indução dos governos adotarem políticas fiscais expansionistas. Já, em um cenário de inflação elevada, poder-se-ia estimular os governos a usarem a política cambial como fator redutor do ritmo de crescimento dos preços. Em uma crise de balanço de pagamentos, porém a tendência é a de gerar resultados através de uma desvalorização cambial, o que não poderá ocorrer.

A definição da taxa de câmbio, no momento da unificação monetária, é um fator relevante, segundo o exemplo da União Européia, quando a substituição da banda estreita vigente até 1993 por uma banda larga, com amplo espaço de manobra para modificar a paridade cambial, foi um ponto crítico. Esta questão deve ser discutida pelos membros do Mercosul, no caso de ocorrer a criação de uma moeda única. (Ferrari Filho & Paula. Loc. Cit. p. 19).

Por outro lado, o Mercosul não deverá enfrentar dificuldade de coordenação, devido à existência de um grupo numeroso de países, como ocorreu na União Européia, mas deverá administrar os sacrifícios sociais associados às metas macroeconômicas. Estes sacrifícios poderão estar associados à política cambial, pois se verifica que uma apreciação poderá prejudicar a competitividade das exportações, limitando a capacidade de crescimento devido ao impacto da taxa de câmbio sobre a demanda de importações.

Castro & Souza (2004. Loc. Cit. p. 50) acompanham este posicionamento, argumentando que os custos em adotar uma moeda única consistem em abrir mão da política monetária e dos mecanismos de ajustes cambiais, sendo menores em economias mais abertas e com grande homogeneidade estrutural, devido a diferentes suscetibilidades a choques internos e externos.

Já, de acordo com Mundell (1961. Loc. Cit. p. 511), os motivos pelos quais os países não gostariam de participar de uma união monetária, seriam de cunho macroeconômico, ocasionando conflitos as sobre metas de inflação entre os países e o bloco. A não disponibilidade de utilização da taxa de câmbio como instrumento econômico, visando alterações no emprego, nos salários reais e no balanço de pagamentos, é outro ponto ressaltado pelo autor, além da impossibilidade dos países se

utilizarem da expansão monetária para financiamento de seus gastos públicos. Também a flexibilização da legislação trabalhista será um grande problema, pois com o fim do instrumento cambial, a tarefa de promover ajustes requeridos visando o aumento da competitividade e dos preços relativos é repassada ao mercado de trabalho, fazendo-se necessário a adaptação da legislação trabalhista entre os países-membros do Mercosul.

Finalmente, sobre a questão da reputação do acordo vinculado ao grau de flexibilidade das metas de convergência econômica, pode-se afirmar que termos de adesão rígidos levam a um acordo de unificação mais sólido, tendo como contrapartida uma unificação monetária com poucos aderentes, enquanto que termos flexíveis podem acarretar geração de déficits fiscais e de dívidas, podendo significar a ampliação do número de países que aderirem à moeda única.

4.3. PRÉ-REQUISITOS PARA A UNIFICAÇÃO MONETÁRIA.

Neste item serão tratados os pré-requisitos para uma coordenação macroeconômica se desenvolver de forma a permitir a adoção de moeda única. Sabe-se que a vontade política das partes é uma condição inevitável pois, como vimos, a unificação monetária leva a uma redução da independência para a realização de mudanças macroeconômicas, obrigando os países-membros realizarem reformas e alterações necessárias, abrindo mão de parte de sua soberania para alcançarem os objetivos comuns ao bloco.

Eichengreen (1998: 36), ao analisar a possibilidade de uma unificação monetária para o Mercosul, afirma que apenas quatro dos critérios de convergência definidos pelo Tratado de Maastricht são importantes para o funcionamento de uma união monetária: Banco Central independente e distanciado dos ciclos políticos; flexibilidade de preços e salários; existência de um sistema financeiro fortalecido; barreiras à saída dos membros da união.

A existência de um Banco Central único e independente, alheio aos ciclos políticos dos países do bloco, contribuiria para o fortalecimento do sistema financeiro, além de trazer credibilidade à moeda e às economias de todos os membros do bloco.

Zahler (2000: 20) baseia-se em quatro critérios para a criação de uma moeda única, porém, diferentemente de Eichengreen, trata dos assuntos referentes à aproximação das economias dos países-membros do Mercosul:

1. Estabilidade cambial.
2. Taxas de inflação controladas e equivalentes.
3. Taxa de juros semelhantes.
4. Controle do déficit fiscal.

As propostas referentes à suposta convergência macroeconômica são caracterizadas como uma réplica das características dos compromissos de Maastricht. Entretanto, o grande problema consiste em que, diferentemente do Mercosul, a convergência dos regimes monetários e cambiais europeus já vinha ocorrendo há várias décadas.

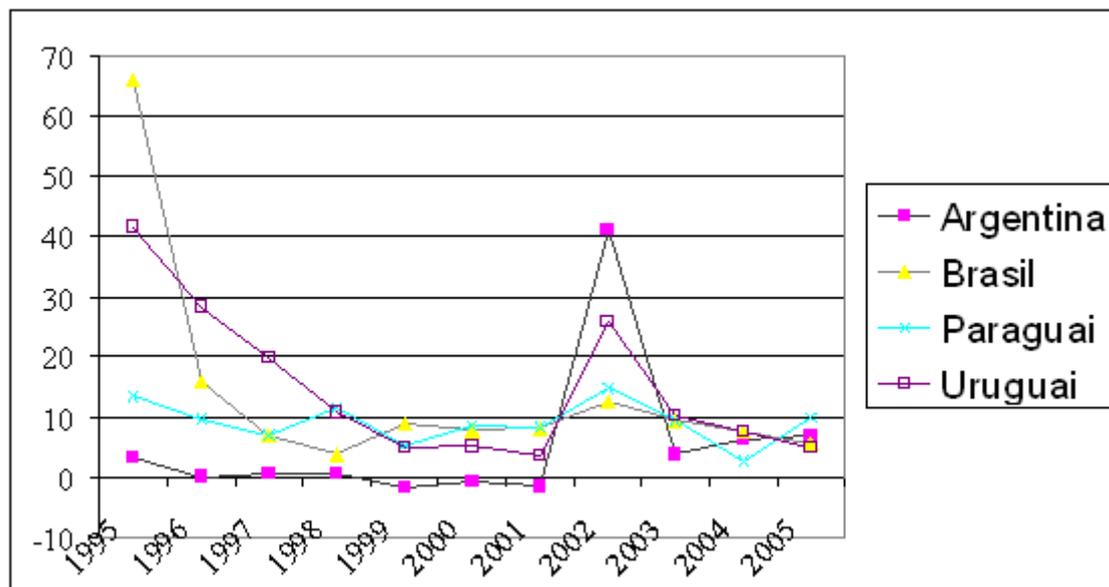
A tabela e o gráfico abaixo, forma construídos através da variação da última cotação do dólar norte-americano frente às moedas locais, com o intuito de verificar o comportamento do mercado cambial dos países-membros do Mercosul.

Tabela 5
Variação cambial das moedas dos países do Mercosul frente ao dólar americano.
(1995-2005) (%).

| Ano | Paraguai | Brasil | Argentina | Uruguai |
|-------------|-----------------|---------------|------------------|----------------|
| 1995 | 3,13 | 50,0 | 0 | 25,59 |
| 1996 | 5,3 | 11,11 | 0 | 25,59 |
| 1997 | 5,75 | 10,0 | 0 | 18,49 |
| 1998 | 25,17 | 9,09 | 0 | 10,83 |
| 1999 | 14,13 | 50,0 | 0 | 8,04 |
| 2000 | 6,9 | 6,5 | 0 | 7,4 |
| 2001 | 31,3 | 20,3 | 0 | 13,0 |
| 2002 | 49,4 | 53,5 | 249,0 | 93,1 |
| 2003 | -14,5 | -19,3 | -15,2 | 7,4 |
| 2004 | 2,5 | -7,1 | 0,3 | -9,1 |
| 2005 | -2,24 | -15,86 | 2,03 | -7,26 |

Fonte: IBGE, INDEC, INE e Banco Central do Paraguai. Vários anos. On-line.

Gráfico 3
Varição cambial das moedas dos países do Mercosul frente ao dólar americano.
(1995-2005) (%).



Fonte: IBGE, INDEC, INE e Banco Central do Paraguai. Vários anos. On-line.

Ao analisar os dados expostos, referente à variação cambial dos países membros do Mercosul, verifica-se que há uma certa convergência das variações cambiais sofridas a partir de 1995. Excluindo-se a desvalorização do Real, em 1999, quando apenas a moeda brasileira teve uma variação significativa, os demais anos tiveram um acompanhamento na valorização/desvalorização das moedas nacionais frente ao dólar, inclusive no período que compreende a crise argentina de 2002.

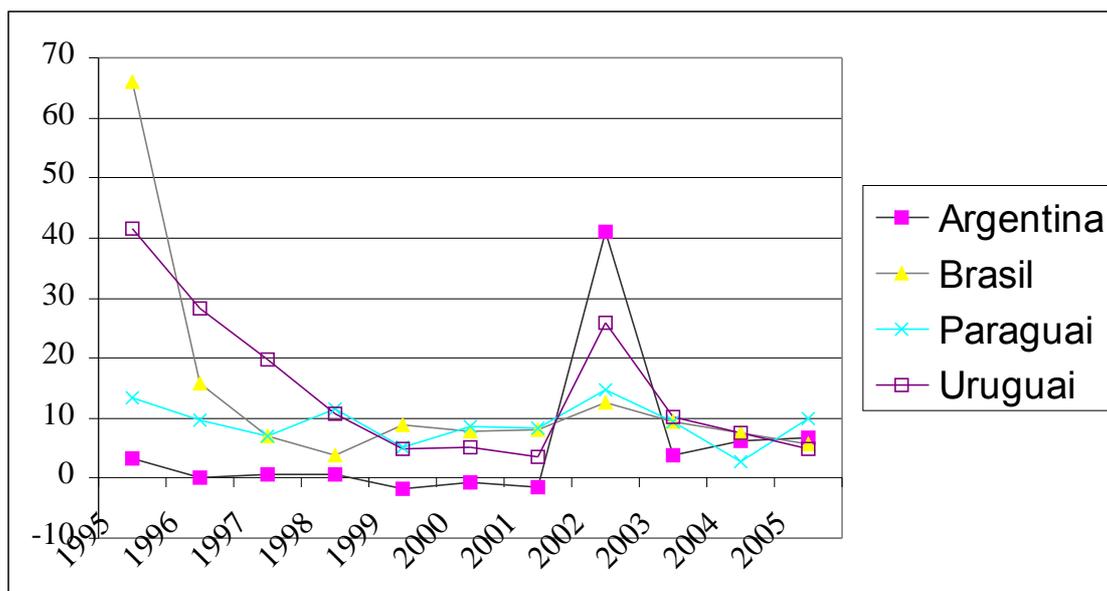
A tabela e o gráfico abaixo caracterizam os índices nacionais de preços ao consumidor, de acordo com regras estabelecidas pelo Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM). O objetivo destes dados é o de verificar se a inflação dos países do Mercosul são semelhantes ou se comportam de forma equivalente.

Tabela 6
Índices nacionais de preços ao consumidor dos países-membros do Mercosul.
(1988-2005) (% de taxa de inflação).

| Ano | Argentina | Brasil | Paraguai | Uruguai |
|------------|------------------|---------------|-----------------|----------------|
| 1988 | 343 | 629,1 | 22,6 | 62,2 |
| 1989 | 3079 | 1430,7 | 26,4 | 80,4 |
| 1990 | 2314 | 2947,7 | 38,2 | 112,5 |
| 1991 | 171,7 | 432,8 | 24,2 | 102 |
| 1992 | 24,9 | 951,6 | 15,2 | 68,5 |
| 1993 | 10,6 | 1928 | 18,2 | 54,1 |
| 1994 | 4,2 | 2075,9 | 20,6 | 44,7 |
| 1995 | 3,4 | 66 | 13,4 | 41,69 |
| 1996 | 0,2 | 15,8 | 9,8 | 28,3 |
| 1997 | 0,5 | 6,9 | 7 | 19,8 |
| 1998 | 0,7 | 3,7 | 11,6 | 10,8 |
| 1999 | -1,8 | 8,9 | 5,1 | 5 |
| 2000 | -0,7 | 7,7 | 8,6 | 5,1 |
| 2001 | -1,5 | 8 | 8,4 | 3,6 |
| 2002 | 41 | 12,5 | 14,6 | 25,9 |
| 2003 | 3,7 | 9,3 | 9,3 | 10,2 |
| 2004 | 6,1 | 7,6 | 2,8 | 7,6 |
| 2005 | 6,8 | 5,7 | 9,9 | 4,9 |

Fonte: IBGE, INDEC, INE e Banco Central do Paraguai. Vários anos. On-line.

Gráfico 4
Índices nacionais de preços ao consumidor dos países-membros do Mercosul.
(1988-2005) (% de taxa de inflação).

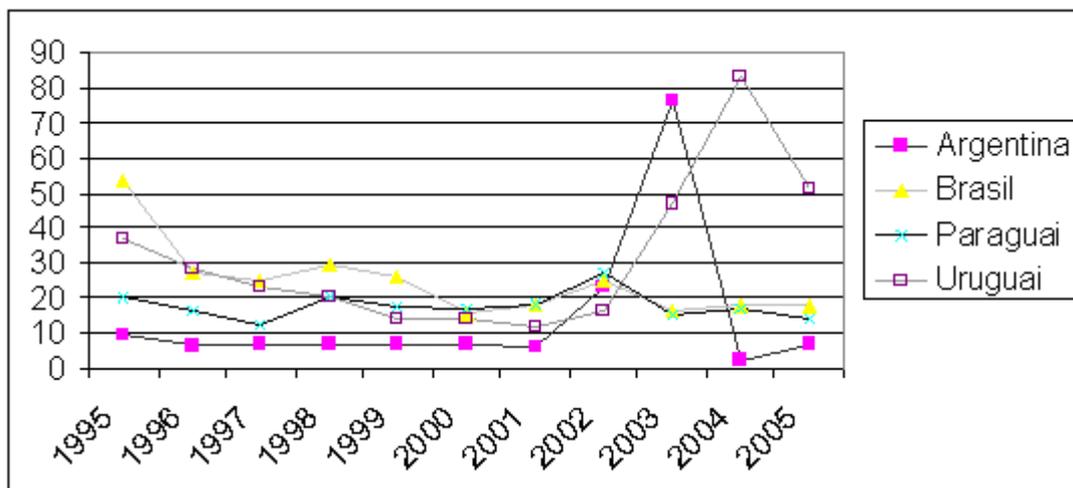


Fonte: IBGE, INDEC, INE e Banco Central do Paraguai Vários anos. On-line.

Quando se analisam as informações da tabela 6 e do gráfico 4, referentes às taxas de inflação dos países membros do Mercosul, verifica-se, nos dados dispostos, que os índices anuais nacionais dos preços ao consumidor, dos quatro países, seguem aproximadamente a mesma tendência, nas taxas levantadas a partir de 1995. Entretanto, a Argentina possui um comportamento mais destoante. Com o fim da dolarização econômica em 2001, o país passa a ter taxas altíssimas de inflação em 2002, voltando a ter a menor inflação do bloco em 2003. As semelhanças entre comportamento da inflação nos países participantes do bloco corroboram com o pré-requisito do controle e equivalência das taxas de inflação descrito por Zahler, pois a diferença entre a menor e a maior inflação levantada nos últimos dois anos entre os países-membros do Mercosul foi de no máximo 5,2 %, podendo-se, assim, concluir que há uma certa convergência das taxas de inflação no Mercosul nos últimos anos.

O gráfico 5, abaixo, foi construído através do levantamento da taxa de juros básicas das economias do Mercosul, vigentes no último dia de cada ano.

Gráfico 5
Valor nominal das taxas de juros básicas das economias dos países do Mercosul. (1995-2005).

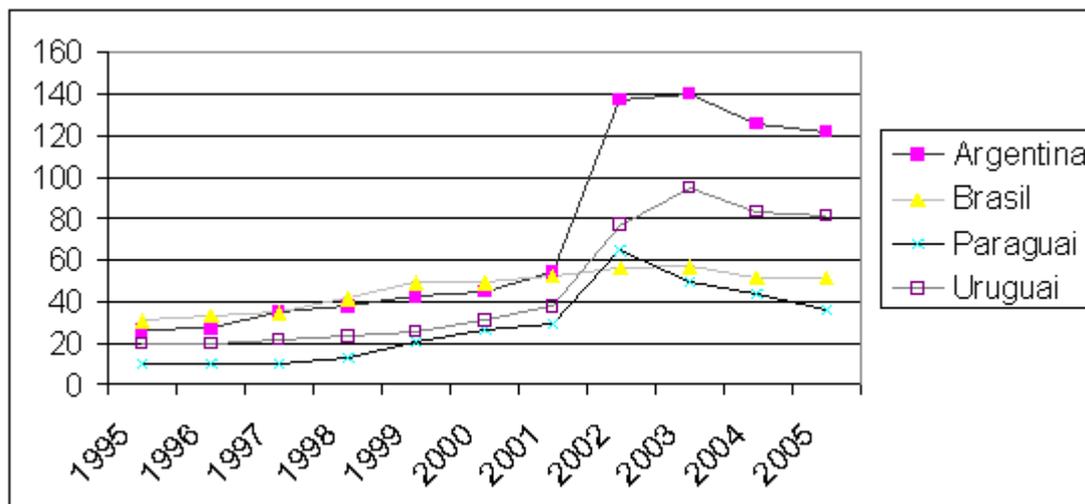


Fonte: IBGE, INDEC, INE e Banco Central do Paraguai. Vários anos. On-line.

A análise dos juros nominais aplicados aos países do Mercosul serve para verificar das diferentes políticas monetárias utilizadas pelos países-membros do bloco. Conforme visto anteriormente, quanto mais similares forem os juros, mais similar será o comportamento da autoridade monetária e, conseqüentemente, maiores serão os benefícios da unificação monetária, pois menores seriam os custos econômicos do processo. Verifica-se que de maneira análoga ao ocorrido com a taxa de inflação argentina, a taxa de juros nominal deste país também enfrentou grandes oscilações a partir de 2001, retomando a tendência de baixa em 2003. Pode-se observar que o Uruguai também elevou fortemente seus juros a partir de 2001, devido aos efeitos que a desvalorização argentina trouxe à sua economia. Isto ocorreu como conseqüência dos movimentos de saques e, conseqüentemente, a perda de reservas cambiais por parte do Uruguai, pois com a crise bancária de seu país, os argentinos tiveram que recorrer a saques nos bancos uruguaios. (INTAL, 2006: 54).

A análise dos dados dispostos no Gráfico 6, ABAIXO, permitem observar que até o período da crise Argentina, em 2002, o valor da relação Dívida/PIB, dos países do Mercosul, estava semelhante, porém alto. Devido às perdas argentinas e uruguaias, em 2002, este percentual teve forte alta. Entretanto, diferente do ocorrido com o Brasil em 1999, conforme exposto por Carvalho, as dívidas argentinas e uruguaias não sofreram aumentos significativos. Comparando com a argumentação de Zahler, devido à falta de controle da dívida pública pode-se afirmar que, neste item necessário para a implantação de uma moeda única, ainda há muito que ser feito.

Gráfico 6
Dívida pública em relação ao PIB dos países do Mercosul.
(% Dívida/PIB). (1995-2005).



Fonte: IBGE, INDEC, INE e Banco Central do Paraguai. Vários anos. On-line.

A criação de uma moeda única para determinada região depende do quão integrado é o mercado regional. Ferrari Filho e Paula (Loc. Cit. p. 42) destacam a existência de algumas pré-condições para que os países do Mercosul passem a aderir a uma união monetária. Conforme demonstram os estudos de Mundell (1961;1973) e Zahler (2000), além do fato de que a mobilidade dos fatores de produção deve ser dinamizada, o que inclui a necessidade da convergência das variáveis macroeconômicas, que levem ao crescimento do PIB, de forma a sustentar o crescimento das economias, favorecendo os processos de integração comercial e financeiro entre os países-membros.

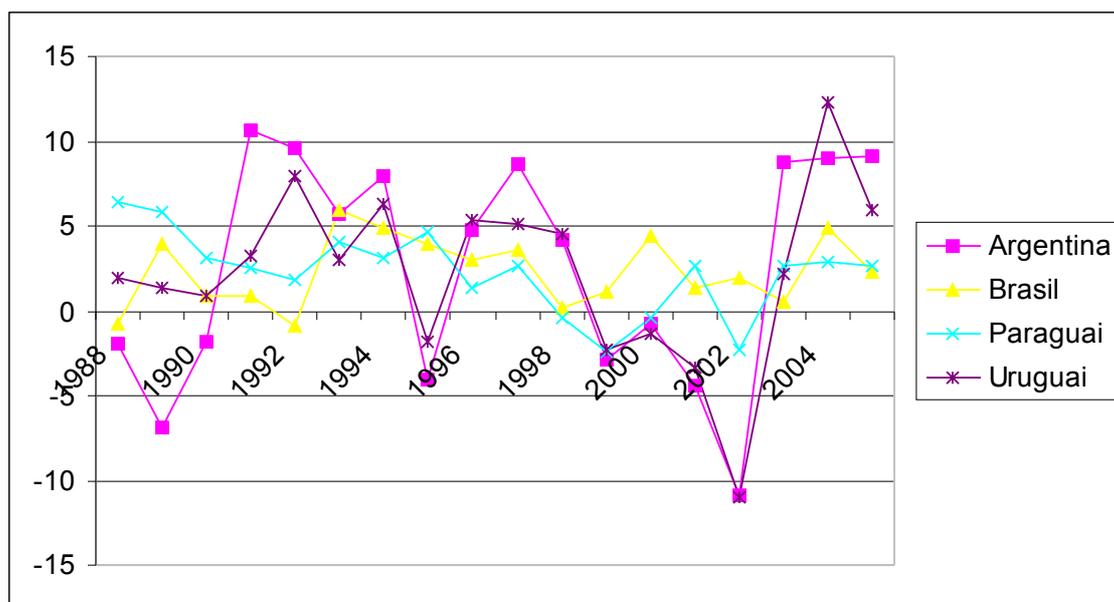
Na análise do crescimento PIB, Tabela 7 e Gráfico 7, abaixo, dos países do Mercosul, verifica-se que embora as tendências de variações positivas e negativas sejam semelhantes, as intensidades de crescimento são extremamente desiguais, como, por exemplo, o patamar de crescimento argentino e uruguaio em relação ao patamar brasileiro e paraguaio nos últimos anos, onde observa-se uma diferença muito grande.

Tabela 7
Crescimento do PIB dos países-membros do Mercosul – Variação percentual (%)
referente ao ano anterior.
(1988-2005).

| Ano | Argentina | Brasil | Paraguai | Uruguai |
|------|-----------|--------|----------|---------|
| 1988 | -1,9 | -0,8 | 6,4 | 2,0 |
| 1989 | -6,9 | 4,0 | 5,8 | 1,3 |
| 1990 | -1,8 | 0,9 | 3,1 | 0,9 |
| 1991 | 10,6 | 0,9 | 2,5 | 3,2 |
| 1992 | 9,6 | -0,9 | 1,8 | 7,9 |
| 1993 | 5,7 | 6,0 | 4,1 | 3,0 |
| 1994 | 8,0 | 4,9 | 3,1 | 6,3 |
| 1995 | -4,0 | 3,9 | 4,7 | -1,8 |
| 1996 | 4,8 | 3,0 | 1,3 | 5,3 |
| 1997 | 8,6 | 3,6 | 2,6 | 5,1 |
| 1998 | 4,2 | 0,2 | -0,4 | 4,5 |
| 1999 | -2,9 | 1,1 | -2,4 | -2,3 |
| 2000 | -0,8 | 4,4 | -0,4 | -1,4 |
| 2001 | -4,4 | 1,3 | 2,7 | -3,4 |
| 2002 | -10,9 | 1,9 | -2,3 | -11 |
| 2003 | 8,8 | 0,5 | 2,6 | 2,2 |
| 2004 | 9,0 | 4,9 | 2,9 | 12,3 |
| 2005 | 9,1 | 2,3 | 2,7 | 6,0 |

Fonte: IBGE, INDEC, INE e Banco Central do Paraguai. Vários anos. On-line.

Gráfico 7
Crescimento do PIB dos países-membros do Mercosul – Variação percentual (%)
referente ao ano anterior.
(1988-2005).



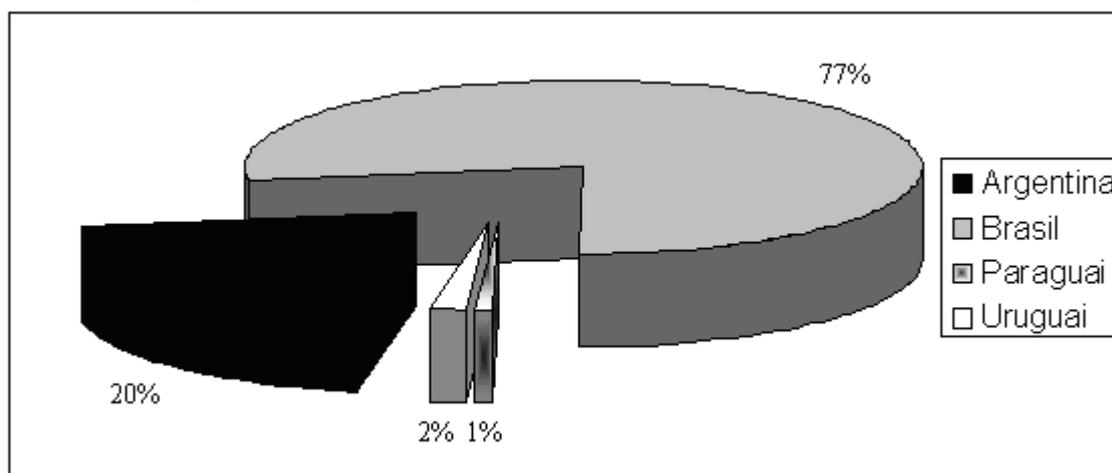
Fonte: IBGE, INDEC, INE e Banco Central do Paraguai.

Ao se analisar o crescimento do PIB das economias do Mercosul, destaca-se que a Argentina possui uma grande volatilidade neste indicador econômico ao longo dos anos expostos. Sendo capaz de crescer e retrair com uma variação considerável. Ecluindo-se 2002/2002 que foi um período atípico para a economia Argentina, ainda verifica-se dois períodos onde sua economia, após um período de forte recessão, retoma o crescimento em níveis elevados, como observado em 1989/1991 e 1994/96. Em situação diferente à encontra-se a economia brasileira, pois embora não ocorra, neste período, grandes recessões econômicas, o país cresce timidamente, se comparado aos picos de crescimento argentino.

A análise indica que um dos aspectos mais problemático do Mercosul é a grande diferença de tamanho entre as economias do bloco. Os custos e benefícios, oriundos de um processo de unificação monetária, teriam impactos diferentes em cada um dos países.

De acordo com os dados constantes do Gráfico 8, abaixo, como o Brasil detém 77% da economia do bloco, e o produto interno bruto brasileiro revela-se muito superior aos demais membros. O PIB do Paraguai é de apenas 1,22% do PIB brasileiro.

Gráfico 8
Comparativo dos tamanhos das economias do Mercosul em 2005



Fonte: IBGE, INDEC, INE e Banco Central do Paraguai. 2006. On-line.

Giambiagi & Rubini (2003: 33-4) realizam uma análise mais detalhada e afirmam que para emitir uma moeda comum, em termos operacionais, é necessário, entre outros: a existência de um mesmo regime contábil; um sistema de pagamentos

unificado; um sistema comum de supervisão auditorial de prevenção e castigo de delitos bancários e financeiros; um banco prestador de última instância, para todos os sócios do “clube”; normas idênticas para todos os países acerca dos movimentos de capitais e regime de instituições financeiras e de intermediários financeiros não bancários; legislação única para o funcionamento das instituições financeiras, além de um Banco Central unificado, que emita a nova moeda e seja o único administrador das reservas internacionais que lhe dão respaldo. Estes fatores também são abordados por Eichengreen que acrescenta um regime cambial unificado, corroborando com os argumentos de Zahler.

Estes autores se preocupam, principalmente, com as dificuldades operacionais no momento da unificação monetária, pois as adequações dos regimes contábeis, sistema de pagamentos, normas e supervisão deverão ser realizadas antes do início do processo. Portanto, na implantação da moeda única deve-se evitar a supressão de passos para a criação da moeda única, planejando em conjunto as assimetrias, para evitar novas dessimetrias nos países do bloco.

Dentre as assimetrias, De Grauwe (2004: 23) indica preocupação com as diferenças no mercado de trabalho, nos regimes fiscais e nos sistemas legais dos países do Mercosul, e que gerariam custos adicionais ao processo de adoção do regime de moeda única.

Os custos resultantes das diferenças do mercado trabalho podem ser bastante altos, afirma, pois estas diferenças tendem levar a um comportamento diferenciado na formação de preços e salários. Também os custos diferenciais nos regimes fiscais devem-se ao fato das legislações nacionais praticarem distintas imposições legais para políticas de concessões de empréstimos e financiamentos, influenciando na forma de recorrência aos financiamentos, que poderão ser feitos de forma independente e isolada, já que alguns países se utilizam mais do sistema bancário e, outros utilizam mais o mercado de capitais.

Entretanto, antes de chegar ao ponto de verificação dos custos e dos procedimentos operacionais para a implantação da moeda única no Mercosul, ainda há uma longa pauta a ser percorrida no bloco, destacando as políticas específicas que envolvem a competição e a mobilidade de bens, serviços e fatores, como a regulamentação das políticas de concorrência e anti-dumping, além do aperfeiçoamento

e ampliação da abrangência da TEC. Buscando, assim, avanços na direção de uma harmonização, contribuindo para o aprofundamento da integração econômica e preparando o terreno para que no futuro se alcance um nível mais avançado de coordenação. (CASTRO & SOUZA, Loc. Cit. p. 66).

Pode-se, a partir dos estudos constantes no primeiro capítulo e da análise dos pré-requisitos apontados neste capítulo, verificar que o Mercosul, na maioria dos critérios teóricos das AMO, não é uma área monetária ótima, pois suas taxas de inflação são bastante diferentes e só convergem nos últimos anos; os mercados de trabalho do bloco, excluindo-se o Brasil, são pouco flexíveis; o fluxo de comércio intra-regional é muito baixo e as estruturas produtivas possuem grandes diferenças, o que levaria a uma resposta diferente em caso de choques.

Por outro lado, o Mercosul apresenta características que possibilitam o vislumbramento de uma área monetária ótima: o mercado de trabalho brasileiro é bem flexível graças a grande parcela da população estar inserida na economia informal do país; há um potencial de ganho de credibilidade das moedas do bloco e o fluxo de comércio intra-regional aumentou consideravelmente após 2002 e apresenta tendência à elevação.

Assim, Lavagna e Giambiagi 1998: 18) propõem os passos a serem percorridos pelos países-membros do Mercosul para se alcançar uma união monetária:

1. Aperfeiçoamento e a consolidação da TEC.
2. Aumento da mobilidade intra-regional do trabalho e do capital.
3. Liberalização dos mercados de serviços e de compras públicas.
4. Harmonização tributária.
5. Fortalecimento dos mecanismos de incentivo à competição.
6. Harmonização das estatísticas fiscais e do balanço de pagamentos.
7. Coordenação macroeconômica, em três etapas: institucionalização da coordenação, com a criação de um Comitê de Coordenação Macroeconômica; estabelecimento de metas comuns para a inflação, o déficit público e o déficit

em transações correntes; e, no último estágio, harmonização das políticas cambiais domésticas.

A existência de uma política comercial comum é uma das características fundamentais de toda união aduaneira, cujo instrumento básico é a vigência de tarifa externa comum. Nesse sentido, ainda que a TEC tenha vigorado a partir de 1994, existem mecanismos que permitem os países membros aplicarem diferentes tarifas, possibilitando artifícios de não-cumprimento perante os acordos de tarifa comum. Hoje, de acordo com o Informe Mercosul (INTAL, 2006: 75), Brasil e Argentina ainda possuem uma lista de 100 itens excluídos da ação da TEC, enquanto Uruguai e Paraguai possuem, respectivamente, 649 e 225 na lista.

Outra perfuração na TEC é a possibilidade dos sócios se utilizarem dos regimes de drawback e a admissão temporária para o comércio intra-zona, até 2010. Mas o maior problema na consolidação da TEC está na dupla cobrança dela, pois somente as mercadorias originárias do Mercosul podem circular livremente dentro da união aduaneira, cabendo aos bens restantes uma nova cobrança de tarifa para cruzar outra fronteira nacional dentro da união.

Segundo o mesmo Informe Mercosul (Ibidem, Ibidem. p. 77), a secretaria do Mercosul apresentou três alternativas relativas à circulação de mercadorias dentro do espaço do bloco, evitando a dupla cobrança da TEC: a primeira, é devolver o montante pago em direito de importação a um bem que já tenha sido ingressado por um dos países-membros e exportada a outro; a segunda, propõe que as mercadorias sejam tratadas como originárias do Mercosul, emitindo um certificado na aduana do país-membro do qual a mercadoria tenha ingressado, o que habilitaria sua circulação dentro da união aduaneira; a terceira, implicaria na construção de um território aduaneiro único, que requererá a definição de instrumentos adicionais à política comercial, como um código aduaneiro comum.

Em dezembro de 2004 foi aprovada a decisão CMC 54/04, que previa a eliminação da dupla cobrança da TEC e a distribuição da renda aduaneira. (INTAL, 2006: 79). Esta norma estabelece o princípio geral de que os bens importados, provenientes de países não pertencentes à união aduaneira, que cumprissem com a política tarifária comum, receberiam tratamento de bens originários do Mercosul e se

respeitaria sua livre circulação dentro do bloco. Entretanto a previsão de início desta medida é o ano de 2008.

O segundo passo descrito Por Lavagna & Giambiagi diz respeito à mobilidade do capital-trabalho, devendo-se mudar a postura atual, que prevalece no Mercosul, com conflitos referentes à existência de fronteiras externas, fato que contraria a idéia da livre circulação de pessoas, pilar para um desenvolvimento social e econômico capaz de integrar o bloco. Entretanto verifica-se que a mobilidade dos trabalhadores no Mercosul vem tendo cada vez mais destaque na pauta de negociações do bloco, através da criação de um subgrupo de trabalho com o tema específico do trabalho e circulação dos trabalhadores.

Já, quanto ao comércio de serviços, desde 1997 os países do Mercosul estabeleceram, através do protocolo de Montevideu, o objetivo de chegar à liberalização total do comércio de serviços em um prazo de dez anos. O protocolo estabeleceu ainda, que cada país-membro do bloco conceda de forma imediata e incondicional o trato da nação mais favorecida aos prestadores de serviços dos demais países-membros. (INTAL, 2003: 136).

Entretanto, a liberalização dos serviços não ocorreu da forma esperada. Nos primeiros anos houve avanços neste quesito, porém com as crises do fim da década de 90, houve uma paralisação no processo. Somente em 2003 o assunto foi retomado, com a criação do visto do Mercosul, que criou um procedimento harmonizado referente a migrações e autorizações para trabalho, facilitando os trâmites de prestadores de serviços dos países-membros, que solicitassem ingresso para a prestação temporária de serviços, desde que possuíssem um contrato de trabalho. (Ibidem, 2006: 84).

O quarto passo faz referência à harmonização tributária. É importante frisar que não implica em uma uniformização do conjunto de normas tributárias, mesmo com respeito a incentivos fiscais. Porém, é necessário compatibilizar os sistemas tributários, e efetuar modificações legislativas visando eliminar distorções, porém respeitando as identidades nacionais. Assim, o principal objetivo da harmonização é alcançar sistemas nacionais que permitam conciliar os objetivos de integração econômica com respeito às identidades nacionais.

A harmonização tributária é importante para a integração, pois propicia a livre circulação de bens e serviços na região, desmontando as barreiras existentes para a mobilidade da mão-de-obra. Dentre as principais dificuldades para uma harmonização tributária destaca-se os problemas quanto à composição do Mercosul, no que diz respeito à diferença entre os tamanhos das economias e a organização dos Estados. Outro problema encontra-se nas diferenças de competências tributárias, pois as tributações existentes no bloco vão desde o federalismo fiscal até a descentralização do poder de tributar.

Segundo levantamento do Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM), existe uma multiplicidade de impostos sobre o consumo. Enquanto o Brasil adota três impostos (ICMS, PIS/COFINS e IPI), os demais países do Mercosul adotam apenas o imposto sobre valor agregado (IVA). (Ibidem, Ibidem: 29).

Além disso, há diferenças na tributação da renda, pois Uruguai e Paraguai não possuem imposto de renda de pessoas físicas e sobre as pessoas jurídicas e o fato gerador é calculado pela renda local. Diferentemente, Brasil e Argentina utilizam-se da renda global. Embora as alíquotas sejam parecidas, há diferenças nos juros, dividendos e na atualização monetária. (Ibidem. Ibidem. p. 30).

De acordo com o Informe Mercosul (Ibidem. Ibidem. p. 31), as providências necessárias para se avançar rumo à harmonização são: adquirir eficiência na administração tributária, através do intercâmbio de informações e plataforma tecnológica; obter o apoio do setor empresarial; superar os conflitos atuais, ter vontade política para realizar as reformas e promover a convergência das rendas regionais.

Para se avançar neste projeto, deve-se adotar e estabelecer um calendário para sua implementação, além de aprofundar os estudos das principais assimetrias tributárias e propor soluções para corrigi-las através da criação de um grupo técnico de trabalho.

O quinto passo prevê o fortalecimento dos mecanismos de incentivo à competição, destacando-se os objetivos assumidos nos Programa de Trabalho 2004-2006, que facilitariam a competição entre as empresas do bloco, através do compromisso de se *“identificar instrumentos necessários para o desenvolvimento das atividades empresariais no Mercosul, em relação à instalação de sociedades, vistos*

empresariais, harmonização dos capitais sociais mínimos exigidos e constituição de empresas do Mercosul.” (Programa de Trabajo 2004-2006. Apud INTAL, 2006: 82).

Quanto aos dois últimos passos descritos por Lavagna & Giambiagi, pode-se destacar a criação do Grupo de Monitoramento Macroeconômico (GMM). No início de 2000, os Ministros da Economia e Presidentes de Bancos Centrais dos países do Mercosul reafirmaram o firme compromisso dos países-membros com a solvência fiscal e a estabilidade monetária, que constituem requisito necessário para o desenvolvimento econômico do bloco. Com esse objetivo, concordou-se em estabelecer, em março de 2001, metas comuns de resultado fiscal, dívida pública e variação de preços, de forma a reduzir os desequilíbrios na região, observados no passado.

Para que este objetivo pudesse ser cumprido, porém, o documento destaca ser necessário a construção de estatísticas fiscais e da dívida pública harmonizadas, baseadas em metodologia comum. Com esse propósito foi constituído o GMM. A partir de 2002, este órgão assumiu a responsabilidade pela observância de metodologia comum para a harmonização das estatísticas fiscais.

Após a análise dos passos para se chegar à unificação monetária, deve-se ressaltar as barreiras à criação de uma moeda única no Mercosul. Não se pode deixar de argumentar que o Mercosul, se partir rumo a uma agenda de integração monetária, enfrentará obstáculos culturais quanto à identidade nacional das populações dos países-membros. Excluindo-se o Brasil, todos os outros participantes do Mercosul possuem sociedades com um forte senso nacionalista, que poderão se posicionar contrárias à União Monetária, caso esta destrua a identidade nacional de seu país. Além disso, ainda na questão da supranacionalidade do Mercosul, deve-se ressaltar que no campo jurídico o Mercosul também não terá facilidade em buscar um modelo supranacional.

Segundo Maria de Fátima Ribeiro (2000: 6), a nova ótica do Direito Internacional permite a soberania ser limitada ou dividida sem ser perdida. O Estado dotado de soberania, continua a existir, e o que ele delega aos organismos internacionais são apenas algumas competências. Deste modo, as nações não perdem suas soberanias, ficando, portanto, apenas com algumas partes limitadas ao que for pactuado com outros Estados.

A autora argumenta não ser concebível que o Estado, em um contexto de globalização e mobilização internacional, adote políticas de relações exteriores em desconformidade com a índole cultural, econômica de uma nação. Muitos países do terceiro mundo estão reformulando seu conceito de soberania, além de suas condutas internas com suporte em instituições jurídicas fortes, e mudanças em suas economias e com novos planejamentos em sua administração.

Ao analisar a Constituição Argentina, Ribeiro (Ibidem: 12) destaca que é de competência do Congresso aprovar e revogar os tratados internacionais, e, que os tratados e acordos tem hierarquia superior às leis. Além de afirmar que compete ao Congresso aprovar os tratados de integração que deleguem competências e jurisdição à organizações internacionais supraestatais em condições de igualdade e de reciprocidade. A aprovação de tratados requer votos favoráveis da maioria absoluta dos membros de cada Câmara, o que demonstra a preocupação daquele Parlamento em salvaguardar a soberania, pelas condições de aprovação que condiciona.

Já o Paraguai apresenta em sua Constituição a admissão de uma ordem jurídica supranacional, sendo, aliás a única Carta Política dos países do Mercosul que dispõe diretamente sobre este aspecto. A Constituição paraguaia ressalta que os tratados, convênios e os acordos internacionais aprovados e ratificados pelo Congresso, integram o direito positivo nacional e a ordem jurídica. Ribeiro (Ibidem: 13) ainda afirma que o Paraguai, em condições de igualdade com outros Estados, admite uma ordem jurídica supranacional que garante a vigência dos direitos humanos, da paz, da justiça e da cooperação e do desenvolvimento político, econômico, social e cultural.

Tanto a Constituição uruguaia como a brasileira, não contêm normas referente à supranacionalidade ou à ordem jurídica comunitária, nem mesmo alguma disposição sobre a hierarquia normativa entre as regras internacionais e nacionais. Já no Protocolo de Ouro Preto, segundo Ribeiro (Ibidem: 14), há um artigo que determina que as normas emanadas do Mercosul, *“deverão quando necessário, ser incorporadas aos ordenamentos jurídicos nacionais mediante seus procedimentos próprios de incorporação.”* (RIBEIRO, Ibidem. p. 14).

O que se pode observar é que para se chegar a uma norma supranacional comum deve-se rever a questão normativa, no sentido de flexibilizar o conceito de soberania absoluta, inserido ainda como dogma nas constituições brasileiras e uruguaias. A

soberania tanto no Brasil quanto no Uruguai ainda é tida como forma de garantia de defesa do Estado em virtude de possíveis intervenções externas. O Paraguai e a Argentina já realizaram estudos e alteraram suas Constituições prevendo a institucionalização de órgãos supranacionais comunitários na integração da América-Latina.

A questão da soberania é um tema de discussão não só para implantação de uma moeda única, como para muitos outros temas no processo de integração do Mercosul. Com o aprofundamento das discussões, pode se verificar até que ponto um Estado poderá ceder parte de sua soberania. E se isso poderia inviabilizar o processo de implantação da moeda única.

Ribeiro (Ibidem: 17) destaca que a criação de um Tribunal Supranacional deverá ser considerado como um dos pontos essenciais ao processo de integração. Quando se chegar ao ponto de discussão sobre as normas supranacionais a serem implantadas, muito mais importante que discutir se são normas intergovernamentais, ou se são normas que devem ser incorporadas ao direito interno de cada país, é preciso que se assegure a igualdade de tratamento de todos os cidadãos a quem as normas atribuem esses direitos. Pois, a harmonização das normas deve ser feita de forma coerente e eficaz para que garanta a segurança quanto à lei aplicável à cada relação jurídica.

Já Locatelli (2002: 12) afirma que, o exemplo da União Européia serve como parâmetro ao Mercosul, mas não pode se aplicado de forma igualitária, pois os blocos possuem características próprias que devem ser respeitadas. Dessa forma, o principal obstáculo à criação de um espaço único no Mercosul está evidenciado na questão cultural, ponto que deverá ser trabalhado de forma exaustiva, revendo antigos conceitos e abandonando a idéia de rivalidade inserida em momentos históricos, mas que permanecem vivas e atuantes, buscando a união, conforme descrito anteriormente.

A partir desta análise, permite-se concluir que a vontade política dos governos dos países-membros do Mercosul é primordial para que se avance no processo de integração. Pois, como verificado, sem uma alteração nas constituições brasileira e uruguaia e sem o aval dos congressos argentinos e paraguaios a união monetária é inviável.

É certo que estes entraves políticos podem se apoiar no problema de identidade

nacional, no caso da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, e nos custos do processo ao Brasil, pois a maior economia do Mercosul terá que arcar com os custos econômicos das dissimetrias entre os outros Estados-partes, como, por exemplo, o alto desemprego uruguaio, a baixa produção paraguaia e o baixo salário argentino.

O autor desta dissertação não poderia deixar de apontar para estas barreiras, pois elas existirão no caso da criação de uma agenda sólida de discussão visando a unificação monetária que levará o bloco à consolidação de um verdadeiro Mercado Comum do Cone Sul.

CONCLUSÃO

A intenção da criação de uma moeda única para o Mercosul já se encontra documentada pela Ata de Ushuaia, que diz:

“ el proceso de profundización de la Unión Aduanera debe ser enriquecido con nuevas iniciativas que permitan definir disciplinas fiscales y de inversión, trabajar en la armonización de las políticas macroeconómicas y dar consideración a los demás aspectos que podrían facilitar en el futuro el establecimiento de una moneda común en el Mercosul.” (Ata de Ushuaia Apud GIAMBIAGI, 2001: 12).

O atual governo brasileiro manifestou o interesse em definir uma nova agenda para o Mercosul, que incluiria a *“ampliação do sistema regional de coordenação econômica, o que, a longo prazo, pode resultar na criação de uma moeda única e um banco central regional”*. (Gazeta Mercantil, 24.10.02, fl A9).

Entretanto, o dilema do Mercosul, segundo Giambiagi (1999: 11), consiste em se optar por: (a) um retrocesso para voltar a uma área de livre comércio, onde se extinguiria a Tarifa Externa Comum “perfurada”, cessando as principais discussões entre os membros, (b) optar por manter a União Aduaneira imperfeita da forma como está, não avançando no processo para a integração de suas políticas em direção a um verdadeiro Mercado Comum, (c) buscar a integração de suas políticas econômicas se tornando um verdadeiro Mercado Comum.

A primeira alternativa implicaria em assumir uma atitude passiva, o que levaria o Mercosul a se limitar a ser apenas uma área de livre comércio com uma tarifa externa comum. Assim, para que o Mercosul conserve sua força, deve ir além da TEC. A segunda opção, numa primeira análise, deixaria o funcionamento das economias como está, o que acarretaria um novo problema, o de redução da força do bloco frente às negociações com outros blocos econômicos como a União Européia e a ALCA. A ALCA deve ser levada em consideração porque, mesmo momentaneamente “congelada”, ainda pode voltar com força nos próximos anos, podendo causar danos ou mesmo o fim do Mercosul.

No entanto, a última alternativa mencionada levaria, além de um aumento na força de negociação de outros acordos de complementação econômica, à afirmação da identidade regional e supranacional do Mercosul, criando um novo ator no cenário internacional mais poderoso que a soma de forças atuais de seus membros. (GIAMBIAGI, 1999:11-2).

As alterações das políticas econômicas dos países do Mercosul, sem uma verificação das possíveis conseqüências para outros membros do bloco, podem desencadear crises nestas economias em desenvolvimento, onde a vulnerabilidade é muito grande. A coordenação macroeconômica e a moeda única serviriam para amenizar os efeitos dessa vulnerabilidade, diluindo os riscos e impactos oriundos de choques externos.

É notável, como aqui verificado, as vantagens que uma unificação monetária traria ao bloco, além da estabilidade econômica já mencionada. Há, porém, custos neste processo, como a necessidade de se "abrir mão" da utilização de instrumentos de política econômica, tais as variações na taxa de câmbio, juros e emissão monetária, para solucionar problemas econômicos pontuais dos países-membros.

Para que ocorra um processo de convergência macroeconômica entre os países do Mercosul, o desempenho de suas economias deve ser semelhante. Como vimos, neste trabalho, ocorreu um aumento da semelhança entre o desempenho das economias da América do Sul. A desvalorização, em patamares semelhantes, das duas moedas principais do Mercosul, o Peso e o Real, faz com que essa visão faça sentido. Entretanto, ainda há muito que convergir para se alcançar um estágio de coordenação macroeconômica no bloco e, conseqüentemente, chegar a uma unificação monetária.

Dos quatro principais requisitos econômicos para a formação de uma união monetária, dois deles, a inflação e a taxa de câmbio, convergem economicamente, em teoria. Falta ainda sentir este mesmo efeito na relação dívida/PIB e nas taxas de juros das economias do Mercosul.

Mesmo sendo observada uma piora nas relações internas intra-bloco, causada por diversos atritos comerciais entre os membros, é importante ressaltar que isso somente ocorre devido ao fato da integração estar limitada à esfera comercial, o que leva os países a não assumirem uma postura de compromissos que se espera de um projeto de integração mais ambicioso. Além disso, nos pré-requisitos estruturais para a

implantação de uma moeda única no Mercosul, descritos por Giambiagi & Rubini, observa-se que há um longo caminho a ser percorrido. Entretanto já há sinais de uma melhora nos elementos principais destacados pelos autores, a serem observados para a unificação monetária, como a harmonização das estatísticas e os avanços na consolidação da liberalização do capital-trabalho.

Visto isso, ao analisar a hipótese mencionada no início deste trabalho, pretende-se chegar à conclusão de que o Mercosul de hoje não está preparado para a adoção de uma moeda única, pois ainda não preenche os requisitos para tal, e não há fortes indícios, nos tratados assinados recentemente, de que chegará a esse estágio de integração, além do fato de que há entraves jurídicos e barreiras culturais, já destacadas ao final do último capítulo. Entretanto considera-se que os ganhos com a unificação e os recentes acordos, que aprofundaram a integração, são consideráveis. Se os Estados participantes tiverem vontade política e criarem uma agenda visando a unificação monetária, poderão rapidamente mudar este cenário, fazendo com que a região adquira os requisitos necessários e possa, em curto espaço de tempo, dar os passos iniciais rumo à moeda única.

BIBLIOGRAFIA

1. LIVROS E COLETÂNEAS

ARESTIS, P. ; PAULA, Luis Fernando. *Monetary Union in MERCOSUR: lessons from EMU*. Aldershot, Inglaterra: Edgard Elgar, 2003.

BARBOSA, Rubens Antonio. *América Latina em Perspectiva : A integração regional da retórica à realidade*. 1. e São Paulo: Aduaneiras, 1991.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Valor e Capitalismo: Um ensaio sobre a Economia Política*. São Paulo: Brasiliense, 1980

BERNAL-MEZA, Raul. *Sistema Mundial y Mercosur: Globalización, Regionalismo y Políticas Exteriores Comparadas*. Buenos Aires: Nuevo hacer, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinqüenta anos de pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2.v, 2000.

BRUNHOFF, Suzanne de. *A moeda em Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

CEPAL “*A Significação do Mercado Comum no Desenvolvimento Econômico da América Latina*.” (1959). In: Bielschowsky, Ricardo (Org.). *Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL*. 2.v. Rio de Janeiro: Record, 2000. pp. 115-29.

CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais e política externa do Brasil*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1998.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

DE GRAUWE, P. *The Economics of Monetary Union*. Oxford: University Press, 2004.

FIORI, José Luís. “ Estados, Moedas e Desenvolvimento.” In: FIORI, José Luís (org) *Estados Moedas e Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Vozes, 1999. pp.49-86.

_____. (org.). *Estados Moedas e Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FORCHETE, Mozart. *Relações Econômicas Internacionais*. 1.e São Paulo : Aduaneiras, 2001.

GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio. *Decreto nº 1.355/94*. São Paulo: Editora Aduaneiras, 1998.

KEYNES, John M. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.

_____. “The General Theory and After: a supplement.” In: MOGGRIDGE, D. (Ed.) *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. Londres: Macmillan, 1973.

MONIZ-BANDEIRA, Luiz Alberto. *Brasil, Argentina e estados unidos. Conflitos e integração na América do sul, da tríplice aliança ao Mercosul, 1870-2003*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MUNDELL, Robert. “*Uncommon Arguments for Common Currencies*.” In: H.G. Johnson & A. Swoboda, (e)., *The Economics of Common Currencies*, Cambridge: Harvard University Press, 1973. pp.114-142.

LAFER, C. & FONSECA Jr., G. *Questões para a diplomacia no contexto internacional das polaridades indefinidas*. 2v.[Temas de Política Externa Brasileira, 2] São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994.

LAVAGNA, Roberto;GIAMBIAGI, Fabio, *Hacia la creación de una moneda común – una propuesta de convergencia coordinada de política macroeconómica en el Mercosur*. In: CARRERA, Jorge, STURZENEGGER, Federico (eds.). *Coordinación de políticas macroeconómicas en el Mercosur*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.

MARQUES, M. M. *Integração Econômica Brasil-Argentina : Um Estudo Teórico e Projeções dos Efeitos Potenciais sobre o Fluxo de Comércio Bilateral*. [Dissertação de Mestrado em Ciências Econômicas] Porto Alegre:UFRS, 1994.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

OLIVARES, Mario Gómez. *Keynes em Cambridge 1932-1935: os anos da nova economia*. Lisboa: Eumed, 2005.

PREBICH, Raúl. A Significação do Mercado Comum no Desenvolvimento Econômico da América Latina, 1959. In Bielschowsky, Ricardo (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: E Record, 2000.

RATTI, Bruno. *Comércio Internacional e Câmbio*. 10. e São Paulo: Aduaneiras, 2000.

RAPOPORT, Mário. *Historia Económica, Política y Social de la Argentina*. Buenos Aires: Editora Marcchi, 2000.

ROBERTSON, Sir Dennis. *A Moeda: Manuais de Economia Cambridge*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril, 1986.

2. ARTIGOS EM REVISTAS E PERIÓDICOS

BERNAL-MEZA, Raul. “Os dez anos de Mercosul e a crise argentina.” *Revista Política Externa*, São Paulo: Paz e Terra 10(4): 7/15, Maio de 2002.

BRAGA, Márcio Bobik. “Integração Econômica Regional na América Latina: Uma Interpretação das Contribuições da CEPAL” *Caderno da Prolam*, São Paulo: Prolam. 1(1): 1/26, 2002.

CARVALHO, F. C. A teoria monetária de Marx: uma interpretação pós-keynesiana. São Paulo: *Revista de Economia Política*, 6 (4): 5-21, Out./Dez.1986.

CERVO, Amado Luiz. “Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático.” *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. 46: 3-32, Outubro de 2003.

_____. “Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina.” *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. 42: 52-71, 1999.

FERRARI FILHO, F. & PAULA, L.F. “Será Consistente a Proposta de Criação de uma União Monetária no Mercosul?” *Revista de Economia Política*. São Paulo: Paz e Terra 22 (3): 174/182 Abr./Jun. 2002.

FURTADO, Celso. “Reflexões sobre a Crise Brasileira.” *Revista de Economia Política*. São Paulo: Paz e Terra. 20(4): 42/51, 2000.

GAZETA MERCANTIL. *Lula pretende ir à Argentina antes da posse*. Fl A9. São Paulo: 24 de outubro de 2002.

GIAMBIAGI, F. “Moeda única no Mercosul: notas para o debate.” *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. 41 (1): 100-121. 1998.

_____. “Uma proposta de unificação monetária dos países do Mercosul.” *Revista de Economia Política*. São Paulo: Paz e Terra. 17 (4): 5-30 Out./Dez.1997.

_____. “Mercosul: Por que a Unificação Monetária faz Sentido a Longo Prazo?” *Revista Intal. Buenos Aires: Banco Interamericano de Desenvolvimento/ Instituto para Integração da América Latina e Caribe*. 9 (3): 63-89. Set./Dez. 1999.

GIAMBIAGI, Fabio, & CARVALHO, José Carlos. “As metas de inflação: sugestões para um regime permanente.” *Revista de Economia Política*. São Paulo: Paz e Terra, 22 (3): 25-45, Jul./Set. 2002.

GOYOS JR. Durval Noronha. “A crise dos blocos comerciais – A UE e o Mercosul.” *Revista Latino Americana de Temas Internacionais*. Buenos Aires. 9 (35): 70-77, 2005.

_____. “Salvaguardas no âmbito do Mercosul.” Rio de Janeiro: Jornal do Brasil. 2004.fl A-18

_____. “A crise do Mercosul” - Rio de Janeiro: Jornal do Brasil. 19 /JUL de 2004.fl A-7

_____. “União monetária no Mercosul.” Rio de Janeiro: Centro de Estudos das Américas, Network. 8 (1): 15-22. Jan/Fev/Mar. 1999.L

LIMA, Marcos Costa. “Processos de Integração Econômica.” *Revista Política e Trabalho*. João Pessoa:UFPB 15: 73-94. 1999.

MACHADO, J. B e RIBEIRO, F. J. “Mudança Cambial e Questões Estruturais do Mercosul.” *Revista Brasileira de Comércio Exterior*. Rio de Janeiro: Funcex. 61: 21-42, Out/Dez. 1999.

RAPOPORT, Mario. *Os Estados nacionais frente à globalização*. Revista brasileira de política internacional, Rio de Janeiro, 2001.

ZAHLER, Roberto. “Estratégias para Cooperación / Unión Monetária”. *Revista Integración & Comercio*. Buenos Aires: INTAL. 2: 3-37, Out.2000.

3. ARTIGOS, ANAIS E TEXTOS.

CARVALHO, Carlos Eduardo. “Crises Cambiais, Finanças Públicas e Estabilidade Financeira na América Latina: Algumas lições da Experiência Recente.” Texto para discussão. São Paulo: PEPGEP, 2004.

EICHENGREEN, B. “Does Mercosur need a single currency?” Trabalho apresentado na conferência “*Alca and Mercosur: the Brazilian Economy and the Process of Subregional and Hemispheric Integration*”. Brasília: 5-6 Out, 1998.

Fishlow, A. “Latin American Economic Development: 1950-1980.” Nova York: *Journal of Latin American Studies*, 24 (2): 197-218, 1992.

LINS, Maria Antonieta Del Tedesco. “Ganhos de estabilidade financeira como resultado de coordenação macroeconômica e cooperação monetária: pensando no Mercosul à luz da experiência Européia.” Encontro da ANPEC, 2003.

PAIVA, Marcelo de Paiva. “Keynes e as conseqüências econômicas da paz.”– Depto. de Economia PUC-RJ, abril 2002. pp.80-95. [Texto para discussão].

4. ARTIGOS EM INTERNET

BANCO CENTRAL DE PARAGUAY. *Estadísticas y informaciones*. Disponível em: www.bcp.gov.py . Acesso em: 01 de Fevereiro de 2006.

BANCO CENTRAL DE URUGUAY. Estadísticas. Disponível em www.bcu.gub.uy. Acesso em Fevereiro de 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em <http://www.bcb.gov.br> Acesso em 09 de Agosto de 2005.

BAYOUMI T. & EINCHEGREEN, B. “One money or many? Analysing the prospects for monetary unification in various parts of the world”, *Princeton: Studies in International Finance*.76, 1994. Disponível em netec.mcc.ac.uk/BibEc/data/Papers/fthprinfi76.html . Acesso em 01 de Fevereiro de 2006.

BRAITE-POPLAWSKI, Lucimara. *Antiguos Conceptos de la integración latinoamericana y causas de su fracaso*, 1998. Artigos da Cepal. Disponível em <http://www.cepal.com> Acesso em 01 de novembro de 2005.

CASTRO, A. B. ; SOUZA, F. E. P. *A coordenação macroeconômica no Mercosul: reflexões a partir da experiência brasileira*, 2004. Disponível em: <http://www.redmercosur.org.uy/Libros/Coordinacion%20de%20pol%20macro/03-coord.pdf>. Acesso em 03 de Novembro de 2005.

FLEMING, J. “On Exchange Rate Unification”, Oxford: *The Economic Journal*. 81: pp. 468-88, 1971 Disponível em ideas.repec.org/a/ecj/econjl/v81y1971i323p467-88.html Acesso em 01 de Fevereiro de 2006.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DE COMÉRCIO EXTERIOR (FUNCEX). *Boletim FUNCEX de Comércio Exterior*. 8 (7), Julho 2004. Disponível em: <http://www.funcex.com.br/bases/BCE0407.pdf>. Acesso em: 01 de Fevereiro de 2006.

GIAMBIAGI, Fabio & RUBINI Héctor. “Moeda Única e Banco Central Unificado no Mercosul: Princípios Econômicos e Desafios Institucionais”. Ensaio 13, Abril de 2003. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/ensaio/ensaio16.pdf>. Acesso em Setembro de 2005.

GIAMBIAGI, Fábio. “A Moeda Comum como Base do Crescimento do Brasil e da Argentina”. Ensaio 13. Novembro de 2001. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/ensaio/ensaio13.pdf>. Acesso em Setembro de 2005.

GOYOS JR. Durval Noronha. *O Mercosul, a área de livre comércio das Américas (ALCA) e a organização mundial do comércio (OMC)*, 2001. Disponível em: <http://www.professor-noronha.adv.br>. Acesso em 01 de Novembro de 2005.

GRUPO DE MONITORAMENTO MACROECONÔMICO (GMM). *Atas do GMM*. Disponível em: <http://gmm.mecon.gov.ar/> Acesso em: 01 de Fevereiro de 2006.

HEYMANN, Daniel & NAVAJAS, Fernando. *Coordinación de Políticas Macroeconómicas en el Mercosur: Algunas Reflexiones*. Documento de Trabajo, 81 pp. 7-39. Naciones Unidas: CEPAL, 1998. Disponível em: www.cepal.com Acesso em: 01 de Fevereiro de 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatísticas e publicações*. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: 01 de Fevereiro de 2006.

INSITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA DE URUGUAY (INE). *Estadísticas oficiales a nivel nacional. Indices Mensuales, trimestrales y anuales*. Disponível em: www.ine.gub.uy . Acesso em: 01 de Fevereiro de 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS DE LA REPÚBLICA DE ARGENTINA (INDEC). *Estadísticas nacionales*. Disponível em: www.indec.mecon.ar. Acesso em: 01 de Fevereiro de 2006.

INSTITUTO PARA LA INTEGRACIÓN DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (INTAL). *Informe Mercosul 9*. Buenos Aires: INTAL, 2003. Disponível em: <http://www.iadb.org/intal/index.asp>. Acesso em: 01 de Fevereiro de 2006.

_____. *Informe Mercosul 10*. Buenos Aires: INTAL, 2006. Disponível em: <http://www.iadb.org/intal/index.asp>. Acesso em: 01 de Fevereiro de 2006.

JACOBO, Alexandre. *La coordinación macroeconómica y la cooperación monetaria, sus costos, beneficios y aplicabilidad en acuerdos regionales de integración*. Buenos Aires: INTAL, 2004. Disponível em: www.iadb.org/Intal/publicaciones/PremioINTALDT17.pdf Acesso em: 01 de Fevereiro de 2006.

KENEN, P. “The Theory of Optimum Currency Areas: An Eclectic View”, In: MUNDELL & SWOBODA, *Monetary Problems of the International Evidence*, Discussion Paper 2295. Londres: Centre for Economic Policy Research, 1969. Disponível em www.cepr.org Acesso em 01 de fevereiro de 2006.

_____. “Currency unions and trade: variations on themes by rose and Persson.” Nova Zelândia: *Reserve Bank of New Zealand discussion paper*, 8, Dezembro, 2002. Disponível em www.rbnz.com.nz Acesso em 01 de fevereiro de 2006.

LAGHI, James Loveday. *Hacia una Unión Monetaria Sudamericana*. Buenos Aires: INTAL, 2004. Disponível em: www.iadb.org/Intal/publicaciones/PremioINTAL_DT17 Acesso em: 01 de Fevereiro de 2006.

LEVY-YEYATI & STURZENEGGER “Is EMU a Blueprint for Mercosur?” *Cuadernos de Economia*. Buenos Aires: Universidad Torcuato Di Tella. 37(110): 63-99, 2000. Disponível em www.utdt.edu/~ely/Cuadernos.PDF Acesso em 01 de Fevereiro de 2006.

LOCATELI, Cláudia Cínara. Mercosul: adoção do modelo supranacional. Teresina: Jus Navigandi. 6(53), Janeiro de 2002. Disponível em: <http://jus2.oul.com.br/doutrina/texto.asp?id=2486>. Acesso em 03 de Abril de 2006.

LOPES, Fernando Augusto Montai ; BELINCANTA, Fernando César. “*Estudo da evolução do tratamento ambiental no Mercosul: do Tratado de Assunção até o Acordo Quadro sobre Meio Ambiente*.” Teresina: Jus Navigandi, 6 (59), Out. 2002. Disponível

em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3305>. Acesso em: 12 de Dezembro de 2005.

MCKINNON, R. “Mundell, the Euro, and Optimum Currency Areas”, Stanford: *Stanford press*, 2000. Disponível em www-econ.stanford.edu/faculty/workp/swp00009.pdf Acesso em 01 de Fevereiro de 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. *Indicadores e Estatísticas. Brasília, DF, 2005*. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br> Acesso em: 03 de Fevereiro de 2006.

MUNDELL, Robert. “A Theory of Optimum Currency Areas” *American Economic Review*. 51: 657-65, 1961. Disponível em <http://www.aeaweb.org/index.html> Acesso em 01 de Fevereiro de 2006.

RIBEIRO, Fernando J. *Exportações argentinas para o Brasil: Queda de market-share e desempenho dos principais setores e produtos*, 1999. Disponível em: <http://www.funcex.com.br/bases/81-FR.pdf> . Acesso em: 01 de Novembro de 2005.

RIBEIRO, Maria de Fátima. *O Euro e as perspectivas de implantação de uma moeda única no Mercosul*. Assunção: VIII encuentro internacional de derecho de América del Sur, 2000. Disponível em <http://www.uel.br/cesa/dir/pos/publicacoes/4.%20SCIEN.%20FATIMA.rtf> Acesso em 03 de Abril de 2006.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR. *Indicadores e Estatísticas*. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex>. Acesso em Fevereiro de 2006.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)